



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE RORAIMA
CENTRO DE CIÊNCIAS ADMINISTRATIVAS E JURÍDICAS
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA**

**PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO
CURSO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS**



**BOA VISTA – RORAIMA
MAIO DE 2010**

SUMÁRIO

1. APRESENTAÇÃO E ACESSO AO CURSO.....	3
2. O PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO.....	6
2.1 O CONTEXTO ECONÔMICO E AMBIENTAL DO CURSO.....	7
3. A CONCEPÇÃO E OBJETIVOS GERAIS DO CURSO.....	8
3.1 O PERFIL DO CURSO.....	8
3.2 O PERFIL DO EGRESSO.....	8
4. AS CONDIÇÕES DE OFERTA DO CURSO.....	10
4.1 O CORPO DOCENTE.....	10
4.2 O CORPO TÉCNICO ADMINISTRATIVO.....	10
4.3 A INFRA-ESTRUTURA FÍSICA.....	10
4.4 MÉTODO DE AVALIAÇÃO DOS DOCENTES.....	11
5. COMPONENTES CURRICULARES.....	13
5.1 A ESTRUTURAÇÃO DAS DISCIPLINAS.....	13
5.2 OS CONTEÚDOS DE FORMAÇÃO GERAL.....	13
5.3 OS CONTEÚDOS DE FORMAÇÃO TEÓRICO-QUANTITATIVO.....	14
5.4 OS CONTEÚDOS DE FORMAÇÃO HISTÓRICA.....	15
5.5 OS CONTEÚDOS TEÓRICO-PRÁTICOS.....	16
5.6 AS DISCIPLINAS OPTATIVAS.....	17
6. AS FORMAS DE AVALIAÇÃO DO ENSINO E APRENDIZAGEM.....	19
7. O TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO - MONOGRAFIA.....	23
8. O ESTÁGIO NÃO-OBRIGATÓRIO.....	24
9. AS ATIVIDADES COMPLEMENTARES.....	29
ANEXOS.....	35
ANEXO 1 - EMENTAS DAS DISCIPLINAS DO CURSO DE ECONOMIA DA UFRR.....	36
ANEXO 2 – NORMAS DE MONOGRAFIA/UFRR.....	81

PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO DO CURSO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE RORAIMA - UFRR

1. APRESENTAÇÃO E ACESSO AO CURSO

O Curso de Economia da Universidade Federal de Roraima - UFRR foi criado em 26/11/1991, pela resolução do CUNI nº 025/91 e reconhecido pelo Ministério da Educação (MEC) em 09/05/97, através da Portaria nº 613, publicada no DOU em 12/05/97. O currículo atualmente em vigor foi concebido sob a égide da Resolução nº11, de 26/6/1984, parecer CFE nº 375/84, de 05.05.84, que fixou o atual currículo mínimo do curso de Ciências Econômicas no Brasil, há mais de vinte anos.

FIGURA 1. PRÉDIO DO CECAJ: LOCALIZAÇÃO DO DEPARTAMENTO DE ECONOMIA



Fonte: Departamento de Economia/UFRR

O Departamento de Economia da UFRR, conta com um corpo docente composto de Mestres e Doutores, biblioteca com acervo de economia em expansão e laboratório de informática. Além disso, está localizado no Bloco II, prédio do CECAJ, conjuntamente com alguns dos cursos das Ciências Sociais Aplicadas, tais como Direito, Contabilidade, Administração e Secretariado Executivo, o que permite ações transversais e cooperação entre ambos. Dado exposto apresenta-se, desse ponto em diante, os elementos que contemplam a

contextualização do Projeto Político Pedagógico, a estrutura das disciplinas e a operacionalização de avaliação, em conformidade com parâmetros nacionais exigidos pelo Ministério da Educação.

Quanto ao acesso ao curso, este obedece às formas de acesso em consonância com o inciso II do art. 44 da LDB, que as condicionam à realização de processos seletivos. O ingresso no Curso de graduação de Ciências Econômicas da UFRR é realizado via concurso Vestibular, destinado aos candidatos portadores de certificados de conclusão do Ensino Médio ou equivalente. Anualmente são oferecidas 30 (trinta) vagas que se destinam aos candidatos classificados, com ingresso no primeiro semestre letivo. Além do vestibular destinado aos candidatos portadores de certificado de Ensino Médio ou equivalente, o ingresso no curso de curso de graduação de Ciências Econômicas, far-se-á mediante:

I - processo seletivo de transferência entre cursos de graduação, respeitadas as afinidades:

Art. 36. Será concedida, uma única vez, aos alunos regularmente matriculados em cursos de graduação de instituições de ensino superior, reconhecidas pelo Ministério da Educação, transferência para os cursos de graduação da UFRR, desde que seja para áreas afins e na hipótese da existência de vagas específicas.

Parágrafo Único. A afinidade entre áreas será definida pelo CEPE, respeitando a legislação vigente.

Art. 37. As transferências *ex officio* se darão na forma da lei. **Resolução nº. 006/2007-CUNI Aprova o novo Regimento Geral da Universidade Federal de Roraima – UFRR.**

II - processo seletivo de reingresso;

Art. 38.

§ 2º. Serão consideradas para efeito de reingresso as vagas remanescentes do processo de transferência.

III - processo seletivo para ingresso de portadores de diploma de curso de graduação: **Art. 38.** O portador de diploma de curso superior reconhecido e registrado pelo MEC poderá obter seu ingresso na UFRR para um novo curso de graduação, na hipótese da existência de vaga e mediante processo seletivo. **Resolução nº. 006/2007-CUNI Aprova o novo Regimento Geral da Universidade Federal de Roraima – UFRR.**

Além desses acessos, a **Resolução nº 014/06-CEPE** Estabelece a criação de vagas específicas para **indígenas nos cursos de Ciências Sociais, Economia e Medicina da Universidade Federal de Roraima, disposto na página 5.**



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE RORAIMA
CONSELHO DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO

Av. Capitão Ene Garcêz, 2413 – Bairro Aeroporto
 69.304-000 - Boa Vista/RR – Fone (095)3621-3108 – Fax (095)3621-3101



Resolução nº 014/06-CEPE

Estabelece a criação de vagas específicas para indígenas nos cursos de Ciências Sociais, Economia e Medicina da Universidade Federal de Roraima.

O **REITOR DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE RORAIMA**, no uso de suas atribuições legais e estatutárias e, tendo em vista o que deliberou o Conselho de Ensino Pesquisa e Extensão – CEPE, em sua reunião do dia 19 de dezembro de 2006.

RESOLVE:

Art. 1º - Criar duas (2) vagas específicas para indígenas, para ingresso em 2007, no curso de Medicina, conforme deliberação aprovada no Colegiado do Curso de Medicina, desta IFES;

Art. 2º - Criar quatro (4) vagas específicas para indígenas, para ingresso em 2007, no Curso de Ciências Sociais, conforme deliberação aprovada no Colegiado do Curso de Ciências Sociais, desta IFES;

Art. 3º - Criar cinco (5) vagas específicas para indígenas, para ingresso em 2007, no Curso de Economia, conforme deliberação aprovada no Colegiado do Curso de Economia, desta IFES;

Art. 4º - O processo seletivo será coordenado pela CPV, respeitando os critérios propostos pela Comissão de Graduação do CEPE, em conformidade com o Núcleo Insikiran de Formação Superior Indígena e o(s) curso(s) envolvido(s), apresentado em edital específico;

Art. 5º - Estas vagas são específicas e acrescidas às vagas regularmente ofertadas pelos cursos;

Art. 6º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REITORIA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE RORAIMA, Boa Vista/RR, 19 de dezembro de 2006.

Prof. Dr. Roberto Ramos Santos
 Reitor

2. O PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO

O Projeto Político Pedagógico do curso de graduação em Ciências Econômicas da UFRR, em consonância com as Diretrizes Curriculares Nacionais, indica seus componentes curriculares, abrangendo o perfil do formando, competências e habilidades, os conteúdos curriculares, a duração do curso, o regime de oferta, as atividades complementares, o sistema de avaliação, o estágio de caráter opcional, a monografia como componente obrigatório, além de outros aspectos que permitem uma maior consistência do referido projeto.

Para melhor adequação das estruturas curriculares às dinâmicas evolutivas, a Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação do Ministério da Educação promoveu mudanças na atual estrutura de Currículo Mínimo para a de Diretrizes Curriculares Nacionais. Esta proposta apresenta a uma maior flexibilidade curricular e a liberdade das instituições elaborarem seus projetos pedagógicos de acordo com a peculiaridade inerente a cada espaço. O cerne dessa flexibilidade aborda a adequação às demandas sociais e tecnológicas associadas ao processo de desenvolvimento, que sejam capazes de enfrentar as resiliências sistêmicas. Esta mudança é representada na definição dos currículos plenos dos cursos, quando um mesmo programa contenha diferentes tipos de formação e habilidades diferenciadas. Nesse sentido, houve a necessidade de se reformular o Projeto Político Pedagógico do curso de Economia da UFRR, vigente desde 1997, para atender às necessidades expostas acima.

O presente Projeto Pedagógico tendo como base as premissas acima e reconhecendo a importância das orientações da Res. nº 11/84, que determina o novo currículo pleno, foi subdividido em dois grandes segmentos: *i*) a formação básica e *ii*) formação complementar. A formação básica é composta de um conjunto de cadeiras que estão presentes no Currículo Mínimo da Res. nº 11/84. Na formação complementar o fator inovador é que, o aluno que fará a escolha para a sua composição. Sendo assim, o que se pretende é transferir para os alunos parte da liberdade que a flexibilidade da Resolução propõe. Este Projeto Pedagógico segue, portanto as diretrizes curriculares nacionais pertinentes, e está estruturado de forma que o Curso possa oferecer uma forte formação teórica geral (formação básica), e, simultaneamente, oferece ao aluno a oportunidade de estruturar a outra parte do Currículo Pleno (formação complementar), com matérias que mais o atraia, ou seja, qualquer disciplina ofertada pelos diversos cursos da UFRR, seguindo a pauta de uma formação ampla com complementação multidisciplinar.

Pretende-se, para a formação complementar, oferecer as disciplinas tradicionais e as disciplinas para as seguintes áreas de concentração de conhecimentos: a) Economia de Empresas; b) Economia do Meio Ambiente e de Recursos Naturais; e c) Economia do Setor Público. A escolha dessas três áreas de concentração foi realizada com base nas evidências de que Roraima e a Amazônia de um modo geral apresentam peculiaridades tais como: *i*) são áreas subdesenvolvidas e necessitam, primordialmente, de empreendedores; *ii*) têm grande dependência das ações do Estado; e *iii*) a questão ecológica é vetor essencial de qualquer modelo de desenvolvimento sustentável.

Esta proposta procura manter os princípios básicos expressos no Artigo 7º. da Resolução CFE nº. 11/84, que são: *i*) compromisso com o estudo da realidade brasileira, sem prejuízo de uma sólida formação teórica, histórica e instrumental; *ii*) adoção do pluralismo metodológico, em coerência com o caráter plural da ciência econômica, formada por correntes de pensamento e paradigmas diversos; *iii*) vinculação dos fenômenos econômicos ao todo social em que se inserem e *iv*) transmissão ao estudante, ao longo do curso, do senso ético de responsabilidade social que deverá nortear o exercício futuro de sua profissão.

2.1 O CONTEXTO ECONÔMICO E AMBIENTAL DO CURSO

A sociedade atual vive um momento de profundas transformações históricas, sociais, políticas e econômicas. Tais transformações têm alterado o panorama econômico mundial e, tem se dado de forma muito rápida, colocando em xeque os paradigmas estabelecidos que, até então, eram considerados eficazes no sentido de diagnosticar e resolver as questões econômicas postas em prática. Com as transformações ocorridas na sociedade atual o Economista dos dias de hoje é, sobretudo, um Cientista Social, que deve ser capaz de inserir-se na realidade da Região Amazônica, entender as questões do espaço amazônico (espaço-territorial, sócio-cultural e dos agentes econômicos), e ao mesmo tempo, fazer as devidas relações com as questões econômicas da realidade nacional e internacional que estão relacionadas com os processos locais.

Os novos paradigmas da sociedade dinâmica implicam na flexibilidade dos processos de trabalho, de produção e de padrões de consumo. Novos setores de produção foram criados para atender às exigências do mercado e constituíram-se novas formas de organização e de relações de trabalho nas empresas. Em tal cenário, a sociedade passou a questionar não somente o papel do Estado Nacional, mas também a demandar novos padrões de funcionamento da máquina estatal, da qual se exige maior eficiência. Nos países periféricos, a agenda de políticas públicas enfrenta, adicionalmente, a concentração pessoal e regional da renda, que exclui milhões de pessoas e regiões inteiras dos benefícios da modernidade global.

Nesse mesmo cenário há a questão ambiental. Essa abordagem trouxe a crítica ao modelo de desenvolvimento econômico vigente, apontando para um conflito ou, no mínimo, para uma possível incompatibilidade entre o crescimento econômico e a preservação dos recursos ambientais, e que tal conflito, em última instância, traria limites à continuidade do próprio crescimento econômico. Assim, a crítica ambientalista, surgida inicialmente nos meios científicos e ambientalistas, vai progressivamente adentrando o campo da ciência econômica, dado ser o funcionamento do sistema econômico o objeto central da crítica. Em vista do exposto, o termo desenvolvimento econômico passou a englobar a eficiência econômica, o equilíbrio ambiental e, também, a equidade social denominado de desenvolvimento sustentável. De modo geral, o paradigma do desenvolvimento sustentável¹ é o ponto de passagem obrigatório ao debate econômico atual.

Por fim, como Roraima se localiza na Amazônia, e, atualmente, há um rico debate na sociedade brasileira sobre o futuro da Amazônia, as discussões pertinentes a essa temática feita por pesquisadores, tomadores de decisões, agentes econômicos, lideranças sociais e organizações ambientais são uma vantagem comparativa da formação dos discentes. Todos consideram que é possível assegurar o desenvolvimento da região e ao mesmo tempo garantir a conservação de seu imenso patrimônio natural². Em síntese, este Projeto Pedagógico está ancorado no princípio de que a formação de recursos humanos com estas especialidades requer um modelo pedagógico em que a pluralidade seja o móvel do ensino de Economia, em consonância com o Plano de Desenvolvimento Institucional da Universidade Federal de Roraima, que visa à formação de profissional com sólida formação teórica, mas extremamente sensível à vocação econômica da Região.

¹ SCHNEIDER, Robert R. Desenvolvimento Sustentável – Amazônia. II - Banco Mundial. III – Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia. 2000. p. viii.

3. A CONCEPÇÃO E OBJETIVOS GERAIS DO CURSO

3.1. O PERFIL DO CURSO

O curso de graduação em Ciências Econômicas da UFRR apresenta o comprometimento com o estudo da realidade brasileira, amazônica e roraimense, através de uma intensa formação teórica, histórica e instrumental, possibilitando uma maior compreensão e, conseqüentemente, um sólido embasamento na solução de problemas concretos em um mundo globalizado. O pluralismo metodológico do curso se caracteriza pela análise das diferentes correntes de pensamento e de paradigmas. A estrutura do curso apresenta sua divisão em termos de conteúdos de formação geral, formação teórico-quantitativa, formação histórica e conteúdos teórico-práticos que serão oportunamente caracterizados.

3.2 PERFIL DO EGRESSO

Assumi-se que o objetivo do curso de Ciências Econômicas da UFRR, de um lado, é formar um profissional que tenha capacidade técnica para analisar e apresentar soluções pertinentes a questões econômicas nas suas diversas dimensões e áreas, e, de outro lado, que tenha uma base teórica e histórica sólida, que o capacite a compreender os processos econômicos de forma ampla, fazendo as ligações necessárias com outras áreas afins do conhecimento, visando, sobretudo, a análise da economia brasileira e da inserção da Amazônia nesta. Neste sentido, pretende-se que o economista formado pela UFRR tenha uma visão crítica, com sensibilidade para inserir preocupações sociais e regionais no contexto econômico e que utilize os conceitos teóricos sem preconceitos, visando sempre a busca de soluções criativas.

Com base nesta concepção o presente Projeto Pedagógico, enfoca, primeiramente, a tese da qualidade como indicador de comprometimento com a formação, e a qualificação do economista como técnico de alto nível e pensador irrequieto, e, por último, formaliza o compromisso com a formação de uma massa crítica capaz de pensar a Amazônia em todas as suas potencialidades no processo de construção de um projeto de desenvolvimento econômico e social para a região. Assim sendo, **o egresso do curso de Economia da UFRR, com o perfil acima poderá:**

- Planejar, projetar, programar e analisar investimentos, financiamentos e políticas econômicas de qualquer natureza; pesquisa sobre economia financeira, orçamentária, comercial, cambial, de créditos, entre outros;
- Fazer estudos e análises e emitir pareceres pertinentes a matérias referentes à conjuntura macroeconômica, assim como questões pertinentes à área microeconômica:
 - iii) contribuir com pesquisas aplicadas sobre processo de desenvolvimento econômico sustentável regional;
- Auxiliar no planejamento empresarial e governamental;

- Atuar como perito avaliador de bens e direitos, constatando minuciosamente feitos de natureza técnico-científica;
- Emitir pareceres e laudos, organizar relatórios e esquemas sobre assuntos financeiros e administrativos;
- Realizar projetos financeiros e científicos em seu nível de atuação;
- Ingressar em programas de pós-graduação;
- Trabalhar em instituições governamentais e educacionais, podendo ministrar aulas não apenas em cadeiras de Economia, Matemática Financeira, bem como nas de Estatística em qualquer ramo do ensino técnico ou superior (art. 5º, Lei 1.411, de 13 de agosto de 1951);
- Estudar e analisar preços e mercados, a parte econômica do mercado de trabalho, a organização e conjuntura econômica do país, renda nacional, e conjuntura internacional;
- Trabalhar em empresas, públicas e privadas;

4. AS CONDIÇÕES DE OFERTA DO CURSO

4.1 O CORPO DOCENTE

Para o atendimento de aproximadamente 300 estudantes regularmente matriculados no curso de Ciências Econômicas, o corpo docente em regime de dedicação exclusiva é composto por 14 professores efetivos, dos quais 5 são doutores, 9 são mestres, além de 3 professores substitutos, conforme a **tabela 1**. O curso conta, ainda, com a oferta de disciplinas pelos departamentos de Direito, Ciências Contábeis e Administração, além daquelas disciplinas oferecidas, como optativas e obrigatórias, pelos demais cursos da UFRR.

TABELA 1. QUALIFICAÇÃO DOS DOCENTES DO DEPARTAMENTO DE ECONOMIA- UFRR

	Docentes Efetivos	Titulação	Área de Atuação
1	Ana Zuleide Barroso da Silva	Mestre	Métodos Quantitativos
2	Getúlio Alberto de Souza Cruz	Mestre	Economia Regional
3	Gilberto Hissa	Mestre	Teoria Econômica e Economia de Empresas
4	Genival Ferreira da Silva	Doutor	Ciências Empresariais
5	Haroldo Eurico A. dos Santos	Mestre	Economia do Setor Público
6	José Hamilton Gondim Silva	Doutor	Microeconomia e Economia Matemática
7	Luiz Pereira da Costa	Doutor	Economia Rural
8	Pedro Marcelo Staevie	Mestre	Economia Brasileira
9	Rodrigo Rodrigues Silva	Doutor	Econometria
10	Romanul de Souza Bispo	Mestre	Estatística Aplicada
11	Ruben Eurico da Cunha Pessoa	Mestre	Econometria
12	Sandra M. Franco Buenafuente	Doutor	Desenvolvimento Sustentável e Economia Internacional
13	Sandro Luis Bedin	Mestre	Macroeconomia
14	Verônica Fagundes Araújo	Mestre	Métodos Quantitativos

4.2 O CORPO TÉCNICO ADMINISTRATIVO

O curso conta com o apoio administrativo de 1 funcionário distribuído nos setores de secretaria, coordenação de curso e atendimento ao público.

4.3 A INFRA-ESTRUTURA FÍSICA

O curso funciona nas dependências do prédio do bloco II, nas salas **212, 213 e 214**, localizadas no Campus Universitário do Paricarana. Em suas dependências, o Departamento de Ciências Econômicas conta com gabinetes individuais para os professores da chefia do departamento com sala para reuniões, sala da coordenação pedagógica do curso, sala do atendimento acadêmico, salas alugadas coletivamente para alunos envolvidos com pesquisa,

acervo de monografias. Os professores contam com salas coletivas à orientação de monografias, monitorias de alunos, projetos de extensão, projetos de pesquisa e acesso a internet.

4.4 MÉTODO DE AVALIAÇÃO DOS DOCENTES

O Departamento de Economia ao fim de cada semestre avaliará o trabalho do Corpo Docente do Departamento, através de questionário respondido pelos alunos e aplicado, conjuntamente, pelo Centro Acadêmico de Economia e pelo Departamento, **conforme modelos dispostos na página 10 e 11, pelos quadros 1 e 2.**

QUADRO 1. MODELO DE QUESTIONÁRIO DE AVALIAÇÃO DOCENTE: DEPARTAMENTO DE ECONOMIA/UFRR



UNIVERSIDADE FEDERAL DE RORAIMA
CENTRO DE CIÊNCIAS ADMINISTRATIVAS E JURÍDICAS – CECAJ
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA
FORMULÁRIO DE AVALIAÇÃO DOCENTE

DISCRIMINAÇÃO DOS ITENS:

PONTUALIDADE – Inicia e termina a aula no horário previsto.

ASSIDUIDADE – Comparecimento às aulas.

DOMÍNIO DE CONTEÚDO – Conhecimento da disciplina; mostra segurança durante a exposição das aulas; responde efetivamente às questões formuladas.

CLAREZA E OBJETIVIDADE NA EXPOSIÇÃO – Demonstra ter planejado a aula; vincula teoria e prática; formula perguntas de natureza exploratória; busca alternativas para facilitar a aprendizagem; emprega voz audível.

ORGANIZAÇÃO DA DISCIPLINA – Distribui o programa no início do semestre; relaciona bibliografia a ser consultada; segue o programa ao longo do semestre.

RELACIONAMENTO – Relação professor/aluno dentro e fora da sala de aula.

AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM:

a) Estimula a aprendizagem do aluno; identifica as deficiências na aprendizagem do aluno e o orienta, tendo em vista a superação das mesmas.

b) Elabora adequadamente os instrumentos de avaliação; analisa com os alunos os resultados da avaliação.

**QUADRO 2. MODELO DE FICHA DE AVALIAÇÃO DOCENTE:
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA/UFRR**



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE RORAIMA
CENTRO DE CIÊNCIAS ADMINISTRATIVAS E JURÍDICAS – CECAJ
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA
FICHA DE AVALIAÇÃO DO DOCENTE PELO DISCENTE**

O Departamento de Economia, com o objetivo de avaliar e orientar seus docentes para a melhoria do ensino agradece a sua colaboração no preenchimento desta ficha. Coloque o nome da disciplina e do professor, e preencha com uma nota de 0 a 10 os itens.

Nome da Disciplina: _____

Nome do Professor avaliado: _____

Atribua notas de 0 (zero) a 10 (dez)

Pontualidade _____

Assiduidade: _____

Domínio de conteúdo: _____

Tem clareza e objetividade na exposição: _____

Organização da disciplina: _____

Relacionamento: _____

Avaliação da aprendizagem: _____ **a:** _____ **b:**

5. OS COMPONENTES CURRICULARES

5.1 A ESTRUTURAÇÃO DAS DISCIPLINAS

As disciplinas do curso estão definidas em conformidade com as Diretrizes Curriculares as quais apontam a necessidade de um mínimo de 50% da carga horária do curso, ou 1500 horas, alocadas para os conteúdos obrigatórios de formação geral, teórico-quantitativos, históricos e teórico-práticos, cumpridos e **discriminados pelas tabelas 2 a 7.**

❖	CURSO: CIÊNCIAS ECONÔMICAS
❖	NÍVEL: BACHARELADO
❖	TEMPO DE INTEGRALIZAÇÃO IDEAL:
❖	<u>MÍNIMO: 3,5 ANOS</u>
❖	<u>MÁXIMO: 8 ANOS</u>
❖	CARGA HORÁRIA TOTAL: 3000 (Três mil horas)
❖	OBRIGATÓRIAS: 2040 H/A (Duas mil e oitenta horas/aula)
❖	OPTATIVAS: 960 H/A (Novecentos e sessenta horas/aula)

5.2 CONTEÚDOS DE FORMAÇÃO GERAL (MÍNIMO DE 10% DA CARGA HORÁRIA TOTAL)

As disciplinas deste campo de formação apresentam como objetivo a introdução do aluno a alguns princípios básicos das Ciências Econômicas, associados a uma formação complementar ampla e interdisciplinar. A **tabela 2** apresenta as disciplinas do curso que refletem a referida formação geral.

TABELA 2. DISCIPLINAS DE FORMAÇÃO GERAL: 10% DA CARGA HORÁRIA

CÓDIGO	DISCIPLINA	CH	CH %
ECO-101	Introdução à Economia	60	2%
ECO-140	Matemática Financeira	60	2%
ECO-141	Matemática para Economia e Administração I	60	2%
AD-201	Introdução à Administração	60	2%
DI-105	Introdução ao Direito	60	2%
CS-130	Introdução à Ciência Política	60	2%
TOTAL		360	10%

5.3 CONTEÚDOS DE FORMAÇÃO TEÓRICO-QUANTITATIVO: MÍNIMO DE 20% DA CARGA HORÁRIA TOTAL

Os conteúdos se direcionam para a formação profissional propriamente dita, englobando tópicos de matemática, estatística, econometria, macroeconomia, microeconomia, economia do setor público, economia monetária, economia regional e urbana, contabilidade social, matemática financeira, desenvolvimento econômico, álgebra linear, economia internacional e economia monetária, se encontrando elencadas na **tabela 3**.

TABELA 3 - FORMAÇÃO TEÓRICO-QUANTITATIVO (MÍNIMO 20% DA CARGA HORÁRIA TOTAL)

CÓDIGO	DISCIPLINA	CH	CH %
ECO-103	Microeconomia I	60	2%
ECO-104	Macroeconomia I	60	2%
ECO-106	Contabilidade Social	60	2%
ECO-107	Microeconomia II	60	2%
ECO-108	Macroeconomia II	60	2%
ECO-110	Economia Internacional	60	2%
ECO-111	Economia Regional e Urbana	60	2%
ECO-114	Economia do Setor Público	60	2%
ECO-117	Econometria	60	2%
ECO-118	Economia Monetária	60	2%
ECO-119	Desenvolvimento Econômico	60	2%
CT-201	Introdução à Contabilidade	60	2%
ECO-142	Matemática para Economia e Administração II	60	2%
ECO-143	Álgebra Linear para Economia	60	2%
ECO-144	Introdução à Estatística para Economia e Administração	60	2%
ECO-145	Estatística Aplicada para Economia e Administração	60	2%
TOTAL		960	32%

5.4 CONTEÚDOS DE FORMAÇÃO HISTÓRICA: MÍNIMO DE 10% DA CARGA HORÁRIA TOTAL

Esta formação possibilita ao estudante absorver uma indispensável base cultural de modo a permitir expressar um pensamento reflexivo, crítico e comparativo, através do estudo da história econômica, da formação econômica do Brasil e da economia brasileira contemporânea. As matérias sugeridas são história econômica geral, formação econômica do Brasil, economia brasileira contemporânea e história do pensamento econômico e se apresentam na **tabela 4**.

TABELA 4 - FORMAÇÃO HISTÓRICA: MÍNIMO 10% DA CARGA HORÁRIA TOTAL

CÓDIGO	DISCIPLINA	CH	CH %
ECO-105	História Econômica Geral	60	2%
ECO-109	Formação Econômica do Brasil	60	2%
ECO-112	Economia Brasileira	60	2%
ECO-115	História do Pensamento Econômico I	60	2%
ECO-120	História do Pensamento Econômico II	60	2%
TOTAL		300	10%

5.5 CONTEÚDOS TEÓRICO-PRÁTICOS: MÍNIMO DE 10% DA CARGA HORÁRIA TOTAL.

Segundo as Diretrizes Curriculares, os conteúdos em questão se relacionam com as questões práticas necessárias à formação final do graduando, incluindo a monografia, técnicas de pesquisa e atividades complementares, sendo facultado o estágio curricular supervisionado. A tabela 5 define as disciplinas que abrangem estes conteúdos.

TABELA 5 – TEÓRICO PRÁTICOS: MÍNIMO 10% DA CARGA HORÁRIA TOTAL

CÓDIGO	DISCIPLINA	CH	CH %
ECO-116	Elaboração e Análise de Projetos	60	2%
ECO-121	Monografia	360	12%
ECO-122	Técnica de Pesquisa em Economia	60	2%
TOTAL		480	16%

5.6 DISCIPLINAS OPTATIVAS

Na **tabela 6** são apresentadas as disciplinas optativas de livre escolha do discente do curso de Ciências Econômicas, oferecidas pelos diversos Departamentos da UFRR, ressaltando-se que além destas, o estudante pode escolher outras disciplinas não contempladas em sua grade curricular e correlatas à sua formação, desde que não ultrapasse o limite de 120 horas/aula.

Carga Horária Total = 3.000 h	{	Carga Horária Obrigatória = 2.040 h/a Carga Horária Optativa = 960 h/a
-------------------------------	---	---

TABELA 6 - DISCIPLINAS OPTATIVAS : MÍNIMO 10% DA CARGA HORÁRIA TOTAL

CÓDIGO	DISCIPLINAS OPTATIVAS	C.H.	CRÉDITO TIPO
ECO-102	Introdução à Economia II	60	2%
ECO-147	Mercado Financeiro	60	2%
ECO-148	Economia de Empresas	60	2%
LEM-040	Introdução à Libras	60	2%
ECO-149	Atividades Complementares	60	2%
ECO-150	Economia do Meio Ambiente	60	2%
ECO-151	Política e Planejamento Econômico	60	2%
ECO-152	Economia Regional II	60	2%
ECO-153	Economia Agrícola	60	2%
ECO-154	Economia do Trabalho	60	2%
ECO-155	Elaboração e Avaliação de Políticas Públicas	60	2%
ECO-157	Econometria II	60	2%
ECO-158	Econometria Aplicada	60	2%
ECO-159	Contabilidade Social Aplicada	60	2%
ECO-160	Economia Política	60	2%
ECO-161	Organização Industrial	60	2%
TOTAL		960	32%

TABELA 7. GRADE CURRICULAR DO CURSO DE ECONOMIA DA UFRR

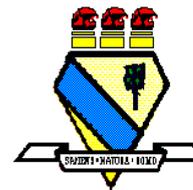
FORMAÇÃO	CÓDIGO	DISCIPLINA	C.H	% CH TOTAL
FORMAÇÃO GERAL (10% da carga horária)	ECO-101	Introdução à Economia	60	2%
	ECO-140	Matemática Financeira	60	2%
	ECO-141	Matemática para Economia e Administração I	60	2%
	AD-201	Introdução à Administração	60	2%
	DI-105	Introdução ao Direito	60	2%
	CS-130	Introdução à Ciência Política	60	2%
FORMAÇÃO TEÓRICO-QUANTITATIVA (32% da carga horária)	ECO-103	Microeconomia I	60	2%
	ECO-104	Macroeconomia I	60	2%
	ECO-106	Contabilidade Social	60	2%
	ECO-107	Microeconomia II	60	2%
	ECO-108	Macroeconomia II	60	2%
	ECO-110	Economia Internacional	60	2%
	ECO-111	Economia Regional e Urbana	60	2%
	ECO-114	Economia do Setor Público	60	2%
	ECO-117	Econometria	60	2%
	ECO-118	Economia Monetária	60	2%
	ECO-119	Desenvolvimento Econômico	60	2%
	CT-201	Introdução à Contabilidade	60	2%
	ECO-142	Matemática para Economia e Administração II	60	2%
	ECO-143	Álgebra Linear para Economia	60	2%
	ECO-144	Introdução à Estatística para Economia e Administração	60	2%
ECO-145	Estatística Aplicada para Economia e Administração	60	2%	
FORMAÇÃO HISTÓRICA (10% da carga horária)	ECO-105	História Econômica Geral	60	2%
	ECO-109	Formação Econômica do Brasil	60	2%
	ECO-112	Economia Brasileira	60	2%
	ECO-115	História do Pensamento Econômico I	60	2%
	ECO-120	História do Pensamento Econômico II	60	2%
FORMAÇÃO TEÓRICO - PRÁTICA (16% da C.H)	ECO-116	Elaboração e Análise de Projetos	60	2%
	ECO-121	Monografia	360	11%
	ECO-122	Técnica de Pesquisa em Economia	60	2%
DISCIPLINAS OPTATIVAS (32% da carga horária)	ECO-102	Introdução à Economia II	60	2%
	ECO-147	Mercado Financeiro	60	2%
	ECO-148	Economia de Empresas	60	2%
	LEM-040	Introdução à Libras	60	2%
	ECO-149	Atividades Complementares	60	2%
	ECO-150	Economia do Meio Ambiente	60	2%
	ECO-151	Política e Planejamento Econômico	60	2%
	ECO-152	Economia Regional II	60	2%
	ECO-153	Economia Agrícola	60	2%
	ECO-154	Economia do Trabalho	60	2%
	ECO-155	Elaboração e Avaliação de Políticas Públicas	60	2%
	ECO-157	Econometria II	60	2%
	ECO-158	Econometria Aplicada	60	2%
	ECO-159	Contabilidade Social Aplicada	60	2%
ECO-160	Economia Política	60	2%	
ECO-161	Organização Industrial	60	2%	
TOTAL			3060	100%

6. FORMAS DE AVALIAÇÃO DO ENSINO E APRENDIZAGEM

A avaliação do rendimento escolar será feita por disciplina, obedecendo aos critérios da UFRR, de acordo com A **Resolução nº 015/2006-CEPE/UFRR**. A escolha da forma de avaliação é definida pelo professor na exposição da programação de sua disciplina. Por ser um curso que apresenta uma conexão ampla com a sociedade, está se estabelecendo cada vez com mais frequência, as práticas de avaliação interativa com formação do perfil do aluno. Nesse sentido, as disciplinas instrumentais tais como a de Elaboração de Projetos e Técnica de Pesquisa em Economia, oferecem avaliação prática, como elaboração de projetos financeiros e projetos de iniciação científica. Os alunos da disciplina Economia Regional realizam atividades na feira de vocação regional e sua avaliação é feita por esse trabalho de campo.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE RORAIMA
CONSELHO DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO
Av. Capitão Ene Garcez nº 2413, Bairro Aeroporto, CEP 69304-000,
Boa Vista-RR – Fone (095)3621 3108 – Fax(095) 3621 3101



Resolução nº 015/2006-CEPE

Dispõe sobre a avaliação do rendimento escolar na UFRR, e dá outras providências.

O REITOR DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE RORAIMA, no uso das atribuições legais e estatutárias e, tendo em vista o que deliberou o Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão, em sua reunião extraordinária do dia 19 de dezembro de 2006,

CONSIDERANDO: o que consta do nº 26, do Item 1.4.1 – Ações para o Ensino e Graduação do Plano de Desenvolvimento Institucional,

RESOLVE:

Art.1º. A Avaliação do Rendimento Escolar – ARE, na Universidade Federal de Roraima será feita por disciplina, módulo ou matriz, abrangendo os aspectos assiduidade e eficiência, eliminatórios por si, entendendo-se por assiduidade a frequência às atividades de cada disciplina e eficiência o grau de aplicação aos estudos, como processo de aquisição de conhecimentos, refletido no resultado das avaliações;

Parágrafo único. É vedado o abono de faltas com exceção dos casos previstos em lei;

Art. 2º. O colegiado de cada curso definirá a natureza dos trabalhos e avaliações, do rendimento escolar de cada disciplina, módulo ou matriz, que poderão se constituir de provas escritas e orais, dissertações, exercícios práticos, trabalhos práticos de laboratório ou de campo, relatórios, pesquisas bibliográficas, processos administrativos e judiciais, estágios curriculares, projetos técnico-científicos ou qualquer outro instrumento capaz de aferir o desempenho acadêmico do aluno;

Art. 3º. A última avaliação do semestre, do módulo ou matriz letiva, somente será aplicada após o cumprimento de pelo menos 90% (noventa por cento) do conteúdo programado;

§ 1º. Será reprovado o aluno que deixar de comparecer a mais de 25%(vinte e cinco por cento), das atividades das disciplinas, módulos ou matriz, independentemente do resultado das avaliações;

§ 2º. Será aprovado o aluno de qualquer curso ou nível de ensino da Universidade Federal de Roraima, que obtiver média anual mínima igual a 7,0 (sete vírgula zero), ressalvadas as disposições do § 1º;

Art. 4º. Será aprovado por mérito na disciplina ou módulo o aluno que obtiver média igual ou superior a 9,0 (nove vírgula zero);

Parágrafo único. O departamento ou coordenação de curso poderá requerer a concessão de menção honrosa ao formando que obtiver aprovação por mérito em todas as disciplinas ou módulos cursados ao longo do curso, observada, ainda, a participação em pelo menos duas atividades, como representação em órgãos colegiados, representação de alunos, programas de iniciação científica, apresentação e/ou publicação de trabalhos científicos e o relacionamento inter-pessoal;

Art. 5º. Será aprovado por média na disciplina ou módulo, o aluno que obtiver média igual ou superior a 7,0 (sete vírgula zero) e inferior a 9,0 (nove vírgula zero);

Art. 6º. A média ou Média Aritmética Simples – MAS, será obtida a partir da soma de todos os trabalhos escolares aplicados no semestre, módulo ou matriz letiva, dividida pelo número de trabalhos realizados, com ressalva dos cursos que utilizem outra metodologia regularmente aprovada por este Conselho;

Art.7º. Será registrado no histórico do aluno, um dos seguintes *status*, conforme seja o resultado semestral ou anual obtido:

- a) APM, para Aprovado por Mérito, para os alunos que obtiverem média anual, igual ou superior a 9,0 (nove vírgula zero);
- b) AP, para Aprovado, para os alunos que obtiverem, MAS igual ou superior a 7,0 (sete vírgula zero) e igual ou inferior a 8,9 (oito vírgula nove);
- c) RN, para Reprovado por Nota, para os alunos que obtiverem média inferior a 6,0 (seis vírgula zero), no Exame de Recuperação;
- d) RF, para Reprovado por Falta, para os alunos que tiverem frequência às atividades de ensino inferior a 75% (setenta e cinco por cento), independentemente do resultado das avaliações;
- e) ER, para Exame de Recuperação, para os alunos que obtiverem, MAS igual ou superior a 6,0 (seis vírgula zero) e igual ou inferior a 6,9 (seis vírgula nove);
- f) APMF, para Aprovado por Média Final em Exame de Recuperação, para os alunos submetidos e aprovados em exame de recuperação.

Art. 8º. Conceder-se-á, exceto nos estágios curriculares, Exame de Recuperação, observada a exigência de frequência mínima, ao aluno que obtiver média aritmética igual ou superior a 6,0 (seis vírgula zero) e igual ou inferior a 6,9 (seis vírgula nove);

Art. 9º. Será aprovado no Exame de Recuperação o aluno que obtiver média igual ou superior a 6,0 (seis vírgula zero);

Parágrafo único. A média do Exame de Recuperação será obtida da soma da nota, MAS com a nota do Exame de Recuperação, divididas por dois;

Art.10º. É assegurada ao aluno a realização de Segunda Chamada de Prova, mediante requerimento ao departamento ou coordenação de curso, com fundamento em justificativas de fato aceitas pelo professor da disciplina, ou legalmente amparadas;

Parágrafo único. O prazo para requerer a Segunda Chamada de Prova é de 03 (três) dias úteis a contar da realização da prova em primeira chamada e não será realizada no horário de aulas regulares da disciplina, módulo ou matriz;

Art.11º. Poderá ser concedida ao aluno vista de prova no prazo de até 03 (três) dias úteis, após a divulgação pública das notas;

Art.12º. O aluno poderá requerer, ao departamento ou coordenação de curso, Revisão de Nota pelo próprio docente, no prazo de 03 (três) dias úteis após a divulgação;

§ 1º. Da decisão do docente, quando se tratar de revisão de nota, caberá recurso ao departamento ou coordenação de curso, que deliberará no colegiado, e apresentará o resultado no prazo de 05 (cinco) dias úteis;

§ 2º. Da decisão do colegiado do departamento ou coordenação de curso caberá recurso a este Conselho, na forma prevista no Regimento Geral, que deliberará na primeira reunião ordinária subsequente à interposição;

Art.13º. Esta resolução produzirá seus efeitos a partir do 1º semestre do ano de 2007, para todos os alunos da UFRR, independentemente do ano de ingresso;

Art.14º. Revoga-se a Resolução nº 002/00-CEPE e qualquer disposição em contrário.

Reitoria da Universidade Federal de Roraima, Boa Vista-RR, 19 de dezembro de 2006.

7. O TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO - MONOGRAFIA

Como atividade de Conclusão de curso o aluno deverá elaborar, apresentar e defender uma Monografia dentro das regras estabelecidas pelas normas interna da UFRR, conforme **ANEXO II** e do Departamento de Economia e tem o seguinte andamento:

- - Este trabalho de Conclusão de Curso segue as normas científicas definidas pela ABNT.
- - A disciplina monografia tem um coordenador escolhido pelo colegiado do curso.
- - Este coordenador submete ao colegiado no final do semestre o cronograma de desenvolvimento da disciplina, com as datas definidas para a inscrição, apresentação e defesa no semestre seguinte.
- - O aluno com o projeto definido escolhe o professor orientador da área de especialidade relacionada com o projeto.
- - Também pode haver um co-orientador de outro departamento da UFRR, quando o tema envolva interdisciplinaridade.
- - Quando o aluno concluir o trabalho é entregue 03 (três) cópias ao coordenador da disciplina e este, solicita ao Chefe do Departamento a formação da Banca avaliadora composta por uma comissão de 03 (três) professores, sendo o orientador presidente.
- - Na apresentação e defesa da monografia é definido entre 20 a 40 minutos para a apresentação e entre 10 a 20 minutos para as arguições da banca.
- - A nota final do aluno é o resultado da média aritmética do trabalho escrito e da apresentação, dada pelos 03 (três) avaliadores, dividido por dois.

8. O ESTÁGIO NÃO-OBRIGATÓRIO

O estágio é um componente não-obrigatório do curso de Ciências Econômicas e os discentes que optam pela sua realização são submetidos, no contexto pedagógico de cada curso, aos parâmetros da **Lei no 11.788 de 25/09/2008**.



**Presidência da República
Casa Civil**

**Subchefia para Assuntos Jurídicos
LEI Nº 11.788, DE 25 DE SETEMBRO DE 2008.**

Dispõe sobre o estágio de estudantes; altera a redação do art. 428 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996; revoga as Leis nºs 6.494, de 7 de dezembro de 1977, e 8.859, de 23 de março de 1994, o parágrafo único do art. 82 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e o art. 6º da Medida Provisória nº 2.164-41, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

CAPÍTULO I

DA DEFINIÇÃO, CLASSIFICAÇÃO E RELAÇÕES DE ESTÁGIO

Art. 1º Estágio é ato educativo escolar supervisionado, desenvolvido no ambiente de trabalho, que visa à preparação para o trabalho produtivo de educandos que estejam freqüentando o ensino regular em instituições de educação superior, de educação profissional, de ensino médio, da educação especial e dos anos finais do ensino fundamental, na modalidade profissional da educação de jovens e adultos.

§ 1º O estágio faz parte do projeto pedagógico do curso, além de integrar o itinerário formativo do educando.

§ 2º O estágio visa ao aprendizado de competências próprias da atividade profissional e à contextualização curricular, objetivando o desenvolvimento do educando para a vida cidadã e para o trabalho.

Art. 2º O estágio poderá ser obrigatório ou não-obrigatório, conforme determinação das diretrizes curriculares da etapa, modalidade e área de ensino e do projeto pedagógico do curso.

§ 1º Estágio obrigatório é aquele definido como tal no projeto do curso, cuja carga horária é requisito para aprovação e obtenção de diploma.

§ 2º Estágio não-obrigatório é aquele desenvolvido como atividade opcional, acrescida à carga horária regular e obrigatória.

§ 3º As atividades de extensão, de monitorias e de iniciação científica na educação superior, desenvolvidas pelo estudante, somente poderão ser equiparadas ao estágio em caso de previsão no projeto pedagógico do curso.

Art. 3º O estágio, tanto na hipótese do § 1º do art. 2º desta Lei quanto na prevista no § 2º do mesmo dispositivo, não cria vínculo empregatício de qualquer natureza, observados os seguintes requisitos:

I – matrícula e frequência regular do educando em curso de educação superior, de educação profissional, de ensino médio, da educação especial e nos anos finais do ensino fundamental, na modalidade profissional da educação de jovens e adultos e atestados pela instituição de ensino;

II – celebração de termo de compromisso entre o educando, a parte concedente do estágio e a instituição de ensino;

III – compatibilidade entre as atividades desenvolvidas no estágio e aquelas previstas no termo de compromisso.

§ 1º O estágio, como ato educativo escolar supervisionado, deverá ter acompanhamento efetivo pelo professor orientador da instituição de ensino e por supervisor da parte concedente, comprovado por vistos nos relatórios referidos no inciso IV do caput do art. 7º desta Lei e por menção de aprovação final.

§ 2º O descumprimento de qualquer dos incisos deste artigo ou de qualquer obrigação contida no termo de compromisso caracteriza vínculo de emprego do educando com a parte concedente do estágio para todos os fins da legislação trabalhista e previdenciária.

Art. 4º A realização de estágios, nos termos desta Lei, aplica-se aos estudantes estrangeiros regularmente matriculados em cursos superiores no País, autorizados ou reconhecidos, observado o prazo do visto temporário de estudante, na forma da legislação aplicável.

Art. 5º As instituições de ensino e as partes cedentes de estágio podem, a seu critério, recorrer a serviços de agentes de integração públicos e privados, mediante condições acordadas em instrumento jurídico apropriado, devendo ser observada, no caso de contratação com recursos públicos, a legislação que estabelece as normas gerais de licitação.

§ 1º Cabe aos agentes de integração, como auxiliares no processo de aperfeiçoamento do instituto do estágio:

I – identificar oportunidades de estágio;

II – ajustar suas condições de realização;

III – fazer o acompanhamento administrativo;

IV – encaminhar negociação de seguros contra acidentes pessoais;

V – cadastrar os estudantes.

§ 2º É vedada a cobrança de qualquer valor dos estudantes, a título de remuneração pelos serviços referidos nos incisos deste artigo.

§ 3º Os agentes de integração serão responsabilizados civilmente se indicarem estagiários para a realização de atividades não compatíveis com a programação curricular estabelecida para cada curso, assim como estagiários matriculados em cursos ou instituições para as quais não há previsão de estágio curricular.

Art. 6º O local de estágio pode ser selecionado a partir de cadastro de partes cedentes, organizado pelas instituições de ensino ou pelos agentes de integração.

CAPÍTULO II DA INSTITUIÇÃO DE ENSINO

Art. 7º São obrigações das instituições de ensino, em relação aos estágios de seus educandos:

I – celebrar termo de compromisso com o educando ou com seu representante ou assistente legal, quando ele for absoluta ou relativamente incapaz, e com a parte concedente, indicando as condições de adequação do estágio à proposta pedagógica do curso, à etapa e modalidade da formação escolar do estudante e ao horário e calendário escolar;

II – avaliar as instalações da parte concedente do estágio e sua adequação à formação cultural e profissional do educando;

III – indicar professor orientador, da área a ser desenvolvida no estágio, como responsável pelo acompanhamento e avaliação das atividades do estagiário;

IV – exigir do educando a apresentação periódica, em prazo não superior a 6 (seis) meses, de relatório das atividades;

V – zelar pelo cumprimento do termo de compromisso, reorientando o estagiário para outro local em caso de descumprimento de suas normas;

VI – elaborar normas complementares e instrumentos de avaliação dos estágios de seus educandos;

VII – comunicar à parte concedente do estágio, no início do período letivo, as datas de realização de avaliações escolares ou acadêmicas.

Parágrafo único. O plano de atividades do estagiário, elaborado em acordo das 3 (três) partes a que se refere o inciso II do caput do art. 3º desta Lei, será incorporado ao termo de compromisso por meio de aditivos à medida que for avaliado, progressivamente, o desempenho do estudante.

Art. 8º É facultado às instituições de ensino celebrar com entes públicos e privados convênio de concessão de estágio, nos quais se explicitem o processo educativo compreendido nas atividades programadas para seus educandos e as condições de que tratam os arts. 6º a 14 desta Lei.

Parágrafo único. A celebração de convênio de concessão de estágio entre a instituição de ensino e a parte concedente não dispensa a celebração do termo de compromisso de que trata o inciso II do caput do art. 3º desta Lei.

CAPÍTULO III DA PARTE CONCEDENTE

Art. 9º As pessoas jurídicas de direito privado e os órgãos da administração pública direta, autárquica e fundacional de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, bem como profissionais liberais de nível superior devidamente registrados em seus respectivos conselhos de fiscalização profissional, podem oferecer estágio, observadas as seguintes obrigações:

I – celebrar termo de compromisso com a instituição de ensino e o educando, zelando por seu cumprimento;

II – ofertar instalações que tenham condições de proporcionar ao educando atividades de aprendizagem social, profissional e cultural;

III – indicar funcionário de seu quadro de pessoal, com formação ou experiência profissional na área de conhecimento desenvolvida no curso do estagiário, para orientar e supervisionar até 10 (dez) estagiários simultaneamente;

IV – contratar em favor do estagiário seguro contra acidentes pessoais, cuja apólice seja compatível com valores de mercado, conforme fique estabelecido no termo de compromisso;

V – por ocasião do desligamento do estagiário, entregar termo de realização do estágio com indicação resumida das atividades desenvolvidas, dos períodos e da avaliação de desempenho;

VI – manter à disposição da fiscalização documentos que comprovem a relação de estágio;

VII – enviar à instituição de ensino, com periodicidade mínima de 6 (seis) meses, relatório de atividades, com vista obrigatória ao estagiário.

Parágrafo único. No caso de estágio obrigatório, a responsabilidade pela contratação do seguro de que trata o inciso IV do caput deste artigo poderá, alternativamente, ser assumida pela instituição de ensino.

CAPÍTULO IV DO ESTAGIÁRIO

Art. 10. A jornada de atividade em estágio será definida de comum acordo entre a instituição de ensino, a parte concedente e o aluno estagiário ou seu representante legal, devendo constar do termo de compromisso ser compatível com as atividades escolares e não ultrapassar:

I – 4 (quatro) horas diárias e 20 (vinte) horas semanais, no caso de estudantes de educação especial e dos anos finais do ensino fundamental, na modalidade profissional de educação de jovens e adultos;

II – 6 (seis) horas diárias e 30 (trinta) horas semanais, no caso de estudantes do ensino superior, da educação profissional de nível médio e do ensino médio regular.

§ 1º O estágio relativo a cursos que alternam teoria e prática, nos períodos em que não estão programadas aulas presenciais, poderá ter jornada de até 40 (quarenta) horas semanais, desde que isso esteja previsto no projeto pedagógico do curso e da instituição de ensino.

§ 2º Se a instituição de ensino adotar verificações de aprendizagem periódicas ou finais, nos períodos de avaliação, a carga horária do estágio será reduzida pelo menos à metade, segundo estipulado no termo de compromisso, para garantir o bom desempenho do estudante.

Art. 11. A duração do estágio, na mesma parte concedente, não poderá exceder 2 (dois) anos, exceto quando se tratar de estagiário portador de deficiência.

Art. 12. O estagiário poderá receber bolsa ou outra forma de contraprestação que venha a ser acordada, sendo compulsória a sua concessão, bem como a do auxílio-transporte, na hipótese de estágio não obrigatório.

§ 1º A eventual concessão de benefícios relacionados a transporte, alimentação e saúde, entre outros, não caracteriza vínculo empregatício.

§ 2º Poderá o educando inscrever-se e contribuir como segurado facultativo do Regime Geral de Previdência Social.

Art. 13. É assegurado ao estagiário, sempre que o estágio tenha duração igual ou superior a 1 (um) ano, período de recesso de 30 (trinta) dias, a ser gozado preferencialmente durante suas férias escolares.

§ 1º O recesso de que trata este artigo deverá ser remunerado quando o estagiário receber bolsa ou outra forma de contraprestação.

§ 2º Os dias de recesso previstos neste artigo serão concedidos de maneira proporcional, nos casos de o estágio ter duração inferior a 1 (um) ano.

Art. 14. Aplica-se ao estagiário a legislação relacionada à saúde e segurança no trabalho, sendo sua implementação de responsabilidade da parte concedente do estágio.

CAPÍTULO V DA FISCALIZAÇÃO

Art. 15. A manutenção de estagiários em desconformidade com esta Lei caracteriza vínculo de emprego do educando com a parte concedente do estágio para todos os fins da legislação trabalhista e previdenciária.

§ 1º A instituição privada ou pública que reincidir na irregularidade de que trata este artigo ficará impedida de receber estagiários por 2 (dois) anos, contados da data da decisão definitiva do processo administrativo correspondente.

§ 2º A penalidade de que trata o § 1º deste artigo limita-se à filial ou agência em que for cometida a irregularidade.

CAPÍTULO VI DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 16. O termo de compromisso deverá ser firmado pelo estagiário ou com seu representante ou assistente legal e pelos representantes legais da parte concedente e da

instituição de ensino, vedada a atuação dos agentes de integração a que se refere o art. 5º desta Lei como representante de qualquer das partes.

Art. 17. O número máximo de estagiários em relação ao quadro de pessoal das entidades concedentes de estágio deverá atender às seguintes proporções:

I – de 1 (um) a 5 (cinco) empregados: 1 (um) estagiário;

II – de 6 (seis) a 10 (dez) empregados: até 2 (dois) estagiários;

III – de 11 (onze) a 25 (vinte e cinco) empregados: até 5 (cinco) estagiários;

IV – acima de 25 (vinte e cinco) empregados: até 20% (vinte por cento) de estagiários.

§ 1º Para efeito desta Lei, considera-se quadro de pessoal o conjunto de trabalhadores empregados existentes no estabelecimento do estágio.

§ 2º Na hipótese de a parte concedente contar com várias filiais ou estabelecimentos, os quantitativos previstos nos incisos deste artigo serão aplicados a cada um deles.

§ 3º Quando o cálculo do percentual disposto no inciso IV do caput deste artigo resultar em fração, poderá ser arredondado para o número inteiro imediatamente superior.

§ 4º Não se aplica o disposto no caput deste artigo aos estágios de nível superior e de nível médio profissional.

§ 5º Fica assegurado às pessoas portadoras de deficiência o percentual de 10% (dez por cento) das vagas oferecidas pela parte concedente do estágio.

Art. 18. A prorrogação dos estágios contratados antes do início da vigência desta Lei apenas poderá ocorrer se ajustada às suas disposições.

Art. 19. O art. 428 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 428.

§ 1º A validade do contrato de aprendizagem pressupõe anotação na Carteira de Trabalho e Previdência Social, matrícula e frequência do aprendiz na escola, caso não haja concluído o ensino médio, e inscrição em programa de aprendizagem desenvolvido sob orientação de entidade qualificada em formação técnico-profissional metódica.

§ 3º O contrato de aprendizagem não poderá ser estipulado por mais de 2 (dois) anos, exceto quando se tratar de aprendiz portador de deficiência.

§ 7º Nas localidades onde não houver oferta de ensino médio para o cumprimento do disposto no § 1º deste artigo, a contratação do aprendiz poderá ocorrer sem a frequência à escola, desde que ele já tenha concluído o ensino fundamental.” (NR)

Art. 20. O art. 82 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 82. Os sistemas de ensino estabelecerão as normas de realização de estágio em sua jurisdição, observada a lei federal sobre a matéria.

Parágrafo único. (Revogado).” (NR)

Art. 21. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 22. Revogam-se as Leis nºs 6.494, de 7 de dezembro de 1977, e 8.859, de 23 de março de 1994, o parágrafo único do art. 82 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e o art. 6º da Medida Provisória nº 2.164-41, de 24 de agosto de 2001.

Brasília, 25 de setembro de 2008; 187º da Independência e 120º da República.

LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA

Fernando Haddad

André Peixoto Figueiredo Lima

Este texto não substitui o publicado no DOU de 26.9.2008

9. ATIVIDADES COMPLEMENTARES

Caracterizada por atividades complementares adquiridas dentro ou fora do ambiente acadêmico, de maneira a assimilar aspectos interdisciplinares do seu currículo com situações e vivências, internas ou externas ao curso, possibilitando o reconhecimento de habilidades, conhecimento, competências e atitudes do aluno. Para incentivar estas atividades, os alunos deverão cumprir a carga horária de 60 horas/aula, sendo que as pontuações dessas atividades complementares estão discriminadas na **tabela 8**. Estas atividades compreendem:

- a) Participação em congressos, seminários, simpósios, conferências de natureza técnica-científica e tecnológicas;
- b) Realização de cursos em congressos científicos;
- c) Realização de cursos extracurriculares;
- d) Atividades de extensão;
- e) Publicação de resumos;
- f) Publicação de artigo científico na íntegra;
- g) Monitoria (**Conforme Resolução nº016/2006-CEPE, disposta na página 9**);
- h) Bolsa de pesquisa;
- i) Bolsa de trabalho;
- j) Participação em órgãos colegiados da UFRR;
- k) Projeto de iniciação científica;
- l) Programas de educação tutorial;
- m) Palestras, Colóquios e Mesas Redondas.

Para o aproveitamento da carga horária referente a sua participação nas atividades complementares supracitadas, realizadas a partir do seu ingresso no curso, o aluno deverá fazê-lo, no **oitavo período**, por meio de requerimento acompanhado dos documentos comprobatórios, destinados ao coordenador do curso os quais serão analisados por uma comissão formada por três professores.

**TABELA 8. TIPOLOGIA E PONTUAÇÃO DAS ATIVIDADES
EXTRACURRICULARES**

ATIVIDADES COMPLEMENTARES	PONTUAÇÃO (*)
Participações	
Congressos Nacionais e Internacional	(**) 10
Congressos Regionais e Locais	(**) 5
Simpósios, Conferências e Encontros Científicos	(**) 5
Oficinas, Workshops e Mini-cursos	(**)5
Semanas acadêmicas e Jornadas Científicas	(**) 5
Palestras, Colóquios e Mesas Redondas	(**)5
Publicações	
Resumos e Pôsteres em eventos científicos	10
Artigos em anais de eventos científicos	20
Artigo científico na íntegra em revista especializada	60
Artigos em jornais, revistas e meios eletrônicos	5
Cursos (mínimo de 15 horas)	(***) 10
Bolsista de Trabalho da UFRR ou Projetos afins (mínimo de 6 meses)	15
Estágio extracurricular (mínimo de 100 horas)	15
Monitoria (mínimo de 6 meses)	15
Participação em comissão, órgãos colegiados (mínimo 6 participações, mínimo de 6 meses)	10
Participação em Projetos de Iniciação Científica (mínimo de 6 meses)	15
Participação em Programa de educação tutorial	15
Empresas Juniores (6 meses)	15
Bolsista de Extensão (mínimo de 6 meses)	10
Atividades de Extensão (mínimo de 08 horas)	5

(*) **Equivalente à hora/aula.**

(**) **modalidades de participação/percentual de pontuação: colaborador ou participante/ 100%; ministrante ou palestrante/ 150%.**

(***) **modalidades de participação/percentual de pontuação: participante/ 100% ou ministrante/150%.**



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE RORAIMA
CONSELHO DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO
 Av. Capitão Ene Garcez nº 2413, Bairro Aeroporto, CEP 69304-000,
 Boa Vista-RR – Fone (095)3621 3108 – Fax(095) 3621 3101



Resolução nº016/2006-CEPE

Dispõe sobre as normas do Programa de Monitoria da Universidade Federal de Roraima.

O REITOR DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE RORAIMA, no uso das atribuições legais e estatutárias e, tendo em vista o que deliberou o Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão, em sua reunião do dia 19 de dezembro de 2006,

Resolve:

Art. 1º. Aprovar as normas do Programa de Monitoria da Universidade Federal de Roraima, o qual constitui-se numa das formas de promover maior interação entre os corpos docente e discente despertando o interesse pelo ensino, pesquisa e extensão.

Art. 2º. Cabe à Pró-Reitoria de Graduação:

- I. elaborar o Programa de Monitoria para o ano letivo, que se regerá pela presente resolução;
- II. realizar reuniões semestrais com orientadores e monitores antes do início das atividades;
- III. realizar o Encontro Anual de Monitoria, no qual será obrigatória a participação de orientadores e monitores;
- IV. enviar a folha de pagamento dos monitores ao setor financeiro;
- V. elaborar modelos para Plano de Trabalho e para o Relatório de Atividades;
- VI. emitir certificados de participação no programa.

Art. 3º. A Pró-Reitoria de Graduação publicará em edital o número de vagas disponíveis para cada departamento, colegiado ou coordenação de curso.

Parágrafo Único – As unidades interessadas deverão se manifestar em expressa declaração à Pró-Reitoria de Graduação.

Art. 4º. Poderão participar como orientadores do programa de monitoria os docentes que preencherem os seguintes critérios:

- I. desenvolver regime de trabalho de 40 horas semanais com ou sem DE;
- II. apresentar, ao departamento, colegiado ou coordenação de curso ao qual se vincula e à Pró-Reitoria de Graduação, nas datas previstas, projeto da disciplina que ministre, contemplando as seguintes atividades, sem prejuízo de outras:
 - a) leitura de bibliografia específica da disciplina;

- b) pesquisa bibliográfica por temas e/ou materiais didático-pedagógicos complementares;
- c) acompanhamento das atividades acadêmicas relativas à disciplina.

III. não ter nenhuma pendência em relação a programas de bolsas.

Art. 5º. É competência do orientador o acompanhamento das atividades e o registro da frequência de cada monitor em ficha específica para o fim.

§ 1º. Cabe ao orientador encaminhar as fichas de frequência à Pró-Reitoria de Graduação até o terceiro dia útil do mês subsequente àquele em que se realizou a atividade de monitoria.

§ 2º. O orientador e o monitor assinarão Termo de Compromisso específico, que regerá as suas relações com a UFRR.

Art. 6º. Em caso de empate entre professores interessados no programa, utilizar-se-ão os seguintes critérios de desempate:

- a) maior número de alunos;
- b) maior número de turmas;
- c) envolvimento em pesquisa registrada na Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação.

Art. 7º. As atividades de monitoria se desenvolverão nas seguintes modalidades:

I – monitoria com bolsa – com o cumprimento de jornada obrigatória de 12 horas semanais de atividades, sendo no mínimo 4 horas destinadas ao atendimento aos alunos matriculados na disciplina para a qual foi selecionado;

II – somente poderão concorrer à modalidade de que trata o inciso I o candidato que não perceba outra modalidade de bolsa;

III – monitoria sem bolsa – é voluntária, com o cumprimento de jornada obrigatória de 12 horas semanais de atividades, sendo no mínimo 4 horas destinadas ao atendimento de alunos e com número de vagas determinado por cada departamento, colegiado ou coordenação de curso.

Art. 8º. Poderá candidatar-se à monitoria de uma disciplina o aluno que preencher as seguintes condições:

- a) estar regularmente matriculado no curso que oferta a disciplina;
- b) ter cursado a disciplina que pretende monitorar, sem nela ter sido reprovado;
- c) não ter sofrido sanção disciplinar;
- d) ter sofrido no máximo duas reprovações ao longo do curso;
- e) ter disponibilidade de horário para cumprir 12 horas semanais de monitoria junto ao departamento ao qual a disciplina se vincula;
- f) apresentar histórico escolar atualizado.

Art. 9º. Para fins de seleção dos candidatos às vagas do Programa de Monitoria, cada departamento, colegiado ou coordenação de curso designará Comissão de Avaliação.

§ 1º. O processo seletivo de candidatos constará de prova escrita e/ou oral da disciplina pretendida e entrevista.

- a) Cabe à Comissão de Avaliação atribuir notas de 0 a 10 a cada uma das etapas do processo seletivo;
- b) A média final deverá ser igual ou superior a 7,0 (sete vírgula zero);
- c) A classificação será feita em ordem decrescente de pontuação.

§ 2º. Em caso de empate entre candidatos, utilizar-se-ão os seguintes critérios de desempate:

- a) maior média na disciplina que pretende monitorar;
- b) maior média aritmética no histórico escolar;
- c) maior idade.

Art. 10. Será desligado do programa o monitor que se afastar das atividades de monitoria, sem justificativa, por prazo superior a dez dias e/ou deixar de cumprir atividades que lhe tenham sido atribuídas, bem como, deixar de observar comportamento compatível aos alunos da UFRR.

Art. 11. São atribuições do monitor, além de outras previstas na presente resolução:

- a) executar integralmente o programa proposto pelo orientador;
- b) ler bibliografia específica da disciplina;
- c) auxiliar na pesquisa bibliográfica de temas e/ou de materiais didático-pedagógicos complementares;
- d) acompanhar as atividades acadêmicas relativas à(s) disciplina(s) sob sua responsabilidade;
- e) orientar alunos da(s) disciplina(s) da monitoria;
- f) definir o horário das atividades próprias de monitoria de acordo com as peculiaridades da disciplina, afixando-o em local público;
- g) participar das atividades propostas pela Pró-Reitoria de Graduação e pelo Programa de Monitoria

Art. 12. Os casos de rescisão do Termo de Compromisso serão previamente comunicados à Pró-Reitoria de Graduação.

- a) a rescisão no interesse do monitor será comunicada por escrito à Pró-Reitoria de Graduação, no prazo mínimo de 30 dias;
- b) a rescisão por recomendação do orientador deverá ser comunicada por escrito à Pró-Reitoria de Graduação, no prazo de 30 dias, assegurada a ampla defesa do monitor.

Art. 13. Das decisões do Orientador caberá recurso ao departamento, colegiado ou coordenação de curso, como primeira instância.

Art. 14. As atividades de monitoria somente se desenvolverão sob a supervisão do orientador.

Art. 15. As atividades em sala de aula somente se efetivarão com a presença do orientador.

Art. 16. A avaliação dos monitores será realizada pelo departamento, colegiado ou coordenação de curso, obedecendo aos seguintes procedimentos:

- a) acompanhamento e registro das atividades do monitor e do orientador, para fins de cumprimento do programa;
- b) o monitor e o orientador apresentarão, em separado, ao final de cada semestre ao departamento, colegiado ou coordenação de curso, relatório circunstanciado das atividades realizadas.

Art. 17. Ao final do ano ou semestre letivo, conforme a metodologia do curso, o departamento, colegiado ou coordenação de curso apresentará à Pró-Reitoria de Graduação relatório detalhado das atividades de monitoria, preferencialmente por meio eletrônico, anexando os relatórios semestrais ou anuais dos monitores e orientadores para fins de avaliação.

§ 1º. A Pró-Reitoria de Graduação considerará os seguintes critérios para avaliação:

- I. apresentação de relatório conforme modelo fornecido pela PRG (cinquenta por cento);
- II. cumprimento do prazo formal para envio da frequência do monitor (vinte e cinco por cento);
- III. participação nas atividades convocadas pela PRG no período de vigência da bolsa (vinte e cinco por cento).

§ 2º. Efetuada a avaliação, a Comissão de Graduação emitirá parecer sobre o desempenho dos monitores e orientadores quanto ao alcance dos objetivos do projeto, emitindo certificado de participação;

§ 3º. Não será emitido certificado aos monitores e orientadores cuja avaliação apresente resultados inferiores a 70 pontos da pontuação que variará de 0 a 100 pontos.

Art. 18. Os casos omissos serão resolvidos pela Comissão de Graduação do CEPE.

Art. 19. Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se a Resolução nº 010/01-CEPE.

Reitoria da Universidade Federal de Roraima, Boa Vista-RR, 19 de dezembro de 2006.

Prof. Roberto Ramos Santos
Reitor

ANEXOS

ANEXO I
EMENTAS DAS DISCIPLINAS
DO CURSO DE ECONOMIA DA
UFRR

DISCIPLINAS DE FORMAÇÃO GERAL

Código: ECO-101				
DISCIPLINA: INTRODUÇÃO À ECONOMIA				
Créditos			CARGA HORÁRIA	PRÉ-REQUISITO(S)
T: 4	P -	O -	60 Horas/aula	-----
1. EMENTA				
Introdução à Ciência Econômica; Agentes do sistema econômico: concepção clássica e neoclássica; Noções de microeconomia; Noções de macroeconomia; Relações econômicas internacionais; Desenvolvimento e Crescimento Econômico.				
2. BIBLIOGRAFIA				
<u>PRINCIPAL</u>				
MANKIW, N. Gregory, Introdução à Economia – Princípios de Micro e Macroeconomia Editora Campus, RJ, 2004.				
ROSSETTI, José Paschoal, Introdução à Economia. Editora Atlas, SP, 20° Ed. 2003.				
WANNACOTT & WANNACOTT, Introdução à Economia. McGraw Hill, SP, 2° Ed. 2004.				
<u>COMPLEMENTAR</u>				
MANUAL DE ECONOMIA. Equipe de professores da USP. Editora Saraiva, 1992.				
ARAÚJO, Carlos Roberto Vieira, História do Pensamento Econômico: Uma Abordagem Introdutória. Editora Atlas, SP, 1994.				
DICIONÁRIO DE ECONOMIA, Editora Best Seller, SP, 1992.				
SAMUELSON, Paul, Introdução a Análise Econômica. Editora Agir, RJ, 1994.				
SOUZA, NALI DE JESUS DE, (coordenador), Introdução à Economia. Editora Atlas S.A., SP, 1996.				

CÓDIGO: CT- 201				
DISCIPLINA: INTRODUÇÃO A CONTABILIDADE				
CRÉDITOS			CARGA HORÁRIA	PRÉ-REQUISITO(S)
T: 4	P -	O -	60 Horas/aula	-----
1. OBJETIVO.				
A disciplina tem por objetivo conduzir o aluno a identificação dos principais conceitos e funções da contabilidade, capacitando-o a efetuar os procedimentos básicos pelo método das partidas dobradas e a verificar as causas das variações da situação líquida, participando do processo decisório, tomando por base os relatórios contábeis.				
2. EMENTA.				
Estudos das Leis. Princípios, Regras e Normas da Ciência Contábil; A História da Contabilidade; O Patrimônio; Contas; Atos e Fatos Contábeis; Mecanismos de Débito e Crédito; Regime de Caixa e de Competência; Elenco das Contas; Plano de Contas; Normas Brasileiras e/ou Técnicas de Contabilidade; Partidas, Escrituração; Balancete; As variações do Patrimônio Líquido; A distribuição do lucro e a DRE; As operações com mercadorias; Sistemas de Avaliação de estoques.				
3. BIBLIOGRAFIA				
EQUIPE DE PROFESSORES DA FEA/USP. “Contabilidade Introdutória”. São Paulo, Editora Atlas, (Livro texto e Livro de Exercício .				
FERRONATO, Airton. “Contabilidade para Concurso”, Porto Alegre, Editora Sagra.				
IUDICIBUS. Sérgio de. “Contabilidade Introdutória”. São Paulo, editora Atlas.				
NEVES, Silvério das. VICENCONTI, Paulo E. V. , “Contabilidade Básica”. Editora Frase, São Paulo.				
RIBEIRO, Osni Moura. “Contabilidade Fácil Básica”, São Paulo, Editora Saraiva.				
OLIVEIRA FILHO, Benjamin de “Introdução à Ciência do Direito”, 5ª ed. (definitiva); José Konfino, 1973.				
PERILLO, Emanuel Augusto. “Curso de Introdução do Direito”. 3ª ed., Ref. E amp., Revista dos Tribunais, São Paulo, 1975.				
REALE, Miguel. “Lições Preliminares de Direito”. 13ª ed. Ver. E aum., Saraiva, 1986, São Paulo.				
SOUZA, Daniel Coelho de. “Introdução à Ciência do Direito”. 5ª ed., Ver. E aum., Saraiva, São Paulo, 1988.				

CÓDIGO: ECO-141			
DISCIPLINA: MATEMÁTICA PARA ECONOMIA E ADMINISTRAÇÃO I			
CRÉDITOS		CARGA HORÁRIA	PRÉ-REQUISITO(S)
T: 4	P -	O -	60 Horas/aula
EMENTA			
Introdução a Teoria dos Conjuntos. Relações e Funções. Limites. Derivadas.			
BIBLIOGRAFIA			
PRINCIPAL			
CHIANG, Alpha, Matemática para Economista. Editora Campus, Rio de Janeiro, 2006.			
SIMON, Carl P. & BRUME, Lawrence. Matemática para Economista Editora Bookman, Porto Alegre, 2004.			
WEBBER, Jean E. Matemática para Economia e Administração. Editora Harbra Ltda., São Paulo, 1986.			
COMPLEMENTAR			
LEITHOLD, Louis, Cálculo com Geometria Analítica. Editora Harbra Ltda., São Paulo, 1987.			
YANAME, Taro. Matemática para Economistas. Vols, 1 e 2, Editora Atlas, São Paulo.			

CÓDIGO: AD-201			
DISCIPLINA: INTRODUÇÃO A ADMINISTRAÇÃO			
CRÉDITOS		CARGA HORÁRIA	PRÉ-REQUISITO(S)
T: 4	P -	O -	60 Horas/aula

EMENTA			
Proporcionar aos iniciantes uma visão preliminar, porém global, da administração, familiarizando-os com os conceitos e teorias básicas, assim como sua aplicabilidade prática no ambiente organizacional.			
BIBLIOGRAFIA			
GASPAR & PIRES. Elementos de Administração: uma abordagem brasileira. Forense, Rio de Janeiro.			
HAMPTON, David R. Administração Contemporânea. McGraw-Hill do Brasil, São Paulo.			
KOONTZ/O'DONNELL/WEIHRICH. Administração; fundamentos da teoria e da ciência. Vol. 1, 2 e 3. Biblioteca Pioneira de Administração e Negócios; McGraw-Hill do Brasil, São Paulo.			
MAXIMINIANO, Antonio C. A. Introdução à Administração. Atlas, São Paulo.			
MEGGINSON, MOSLEY & PIETRI. Administração: conceitos e aplicações. Harbra, São Paulo.			
ROBBINS, Stephen P. O Processo Administrativo: interpretando teoria e prática. Prentice-Hall do Brasil, Rio de Janeiro.			
STONER, J. A. F/FREEMAN, R. E. Administração. Prentice-hall do Brasil, Rio de Janeiro.			

CÓDIGO: DI-105			
DISCIPLINA: INSTITUIÇÕES DE DIREITO			
CRÉDITOS		CARGA HORÁRIA	PRÉ-REQUISITO(S)
T: 4	P -	O -	60 Horas/aula
1. EMENTA			
1. Teoria Geral do Direito.		5. Noções de Direito do Trabalho.	
2. Noções de Direito Civil.		6. Noções de Direito Administrativo.	
3. Noções de Direito Penal.		7. Noções de Direito do Trabalho.	
4. Noções de Direito Constitucional.		8. Noções de Direito Comercial.	
2. BIBLIOGRAFIA			
<u>PRINCIPAL</u>			
BASTOS, C. Ribeiro. "Curso de Direito Constitucional". Saraiva, São Paulo.			
DINIZ, Maria Helena. "Curso de Direito Civil". Saraiva, São Paulo.			
DOWER, . "Instituições de Direito Público e Privado", Atlas.			
FERREIRA FILHO, M. Gonçalves "Curso de Direito Constitucional". Saraiva, SP.			
JESUS, Damásio E. de. "Curso de Direito Penal". Vol. 1, Saraiva, Atlas.			
LEGISLAÇÃO.			
<u>COMPLEMENTAR</u>			
MARANHÃO, Délio. "Direito do Trabalho". Fundação Getúlio Vargas.			
MARTINS, Fran. "Curso de Direito Comercial". Forense.			
MEIRELLES, Hely L. "Direito Administrativo Brasileiro". Malheiros.			
MIRABETE, "Manual de Direito Penal". Atlas.			
+MONTEIRO, Washington de B. "Curso de Direito Civil". Vol. 1, Saraiva, São Paulo.			
NASCIMENTO E PINHO. "Instituições de Direito Público e Privado". Atlas.			
NOGUEIRA, Rui Barbosa. "Curso de Direito Tributário". Saraiva, São Paulo.			
REALE, Miguel. "Lições Preliminares de Direito". Saraiva.			

CÓDIGO: CS - 130			
DISCIPLINA: INTRODUÇÃO A CIÊNCIA POLÍTICA			
Créditos		CARGA HORÁRIA	PRÉ-REQUISITO(S)
T: 4	P -	O -	60 Horas/aula
1. EMENTA			
O Papel das Instituições políticas destacando o Estado. Análise das principais correntes do pensamento político no mundo moderno e contemporâneo.			
2. BIBLIOGRAFIA			
<p>ARON, Raymond. Paz e Guerra entre as nações. Brasília: Universidade de Brasília, 1986.</p> <p>BECKER, Bertha K., EGLER, Cláudio A . G. Brasil uma nova potência regional na Economia-mundo. Rio de Janeiro: Bertand Brasil, 1993.</p> <p>BOBBIO, N., BONERO, M. Sociedade e Estado na Filosofia Política Moderna. São Paulo: Brasiliense, 1986.</p> <p>BRAUD, Philippe. Introdução à Ciência Política. Lisboa: Editorial Noticias, 1992.</p> <p>CARNOY, M. Estado e Teoria Política. Campinas: SP: Papirus, 1990.</p> <p>CERRONI, U. Teoria do Partido Político. São Paulo: Lech, 1979.</p> <p>DUVERGER, Maurice, Ciência Política. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981.</p> <p>ENGELS, Friedrich, MARX, Karl. A Ideologia Alemã. São Paulo: Moraes, 1984.</p> <p>FLORES, Mário César. Bases para uma Política Militar. Campinas: São Paulo, Universidade Estadual de Campinas, 1992.</p> <p>GALBRAITH, John Kenneth. Anatomia del Poder. México, D.F.: Edivisión, 1990.</p> <p>HALUANI, Makram. La Ciência del control político. Caracas: Alfadil Ediciones, 1990.</p> <p>HOBBS, Thomas. Leviatã. São Paulo: Abril Cultural, 1983. (Os Pensadores)</p> <p>LAFER, Celso. O Sistema Político Brasileiro. SP: Perspectiva, 1978.</p> <p>LEIS, Hector. (Org.). Ecologia e Política Mundial. Petrópolis: Vozes, 1991.</p> <p>LENIN, V.I. O Estado e a Revelação. SP: Hucitec, 1979.</p> <p>LOCKE, John. Segundo tratado sobre o governo. SP: Abril Cultural: 1983. (Os Pensadores).</p> <p>LUCLAY, E. Política e Ideologia na Teoria Marxista, Facismo e Populismo. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.</p> <p>MACHIAVELLI, Nicolo. O Príncipe. SP: Abril Cultural, 1983. (Os Pensadores)</p> <p>MARX, Karl. O 18 Brumário de Luís Bonaparte. SP: Abril Cultural, 1983. (Os Pensadores)</p> <p>MARTIN, Gustavo. Ensayos de Antropologia Política. Caracas: Tropykos, 1984.</p> <p>MONTESQUIEU. Do Espírito das Leis. São Paulo: Abril Cultural, 1983. (Os Pensadores).</p> <p>MORE, Thomas. A Utopia. São Paulo: Abril Cultural, 1983. (Os Pensadores)</p> <p>OLIVEIRA, Eliezer Rizzo de. Et alii. As Forças Armadas no Brasil. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo, 1987.</p> <p>OLIVEIRA, Eliezer Rizzo de. (Org.). Militares: pensamento e ação política. Campinas: Papirus, 1987.</p> <p>PASTOR, Manuel (Org.). Ciência Política. Madrid: McGraw-Hill, 1988.</p> <p>ROMERO, Anibal Aproximación a la Política. Caracas: Universidad Simon Bolivar, 1990.</p> <p>ROUSSEAU, Jean Jacques. Do Contrato Social. São Paulo: Editora Abril Cultural, 1983. (Os Pensadores).</p> <p>SMITH. Adam. Investigaçao sobre a natureza e as causas da riqueza das nações. São Paulo: Abril Cultural, 1983. (Os Pensadores)</p> <p>VELLOSO, João Paulo dos Reis. (Org.). A Ecologia e o novo padrão de desenvolvimento no Brasil. São Paulo: Nobel, 1992.</p> <p>WEBER, Max. Ciência e Política: duas vocações, São Paulo, Cultrix, 1989.</p>			

DISCIPLINAS DE FORMAÇÃO TEÓRICO-QUANTITATIVA

CÓDIGO: ECO-103			
DISCIPLINA: MICROECONOMIA I			
CRÉDITOS		CARGA HORÁRIA	PRÉ-REQUISITO(S)
T: 4	P -	O -	60 Horas/aula
1. EMENTA			
Teoria do Comportamento do Consumidor e Teoria do Comportamento da Firma.			
2. BIBLIOGRAFIA			
<u>PRINCIPAL</u>			
VARIAN, Hal R., Microeconomia: Princípios Básicos. Editora Campus, RJ, 1995.			
ROBERT, Pindyck, S. RUBINFELD, Daniel, L. Microeconomia. Editora Prentice-Hall, São Paulo, 2006.			
BESANKO, David & BRAEUTIGAM, Ronald, R. Microeconomia: Uma Abordagem Completa. Editora LTC, Rio de Janeiro, 2004.			
<u>COMPLEMENTAR</u>			
MANKIW, N. Gregory. Princípios de Microeconomia. Editora Cengage Learning, São Paulo, 2005.			
VASCONCELOS, Marco, A. S. Manual de Microeconomia. Editora Atlas, São Paulo, 2000.			
MANSFIELD, Edwin & YOHE, Gary. Microeconomia: Teoria e Aplicações. Editora Saraiva São Paulo, 2005.			
ANDRADE, Eduardo & MADALOZZO, Regina. Microeconomia. Editora Publifolha, São Paulo, 2003.			
FREGUNSON, C.E. – Microeconomia. Rio de Janeiro, Ed. Forense. 1974			
HENSERSON E QUANT. Teoria Microeconômica: Uma abordagem matemática. McGraw-Hill, São Paulo, 1988.			
MILLER, Roger Looy – Microeconomia: Teorias, Questões e aplicações. MacGraw-Hill. São Paulo, 1988.			
SIMONSEN, Mário Henrique. Microeconomia. Volume I e II, FGV Rio de Janeiro, 1980.			

CÓDIGO: ECO-104			
DISCIPLINA: MACROECONOMIA I			
CRÉDITOS		CARGA HORÁRIA	PRÉ-REQUISITO(S)
T: 4	P -	O -	60 Horas/aula
1. EMENTA			
<p>Macroeconomia I é o primeiro curso da seqüência de macro. Apresenta o modelo de determinação da renda no curto prazo. Discute o equilíbrio nos mercados de bens e monetário e desenvolve o instrumental da demanda agregada nos cenários alternativos de economia fechada e de economia aberta. Apresenta o conceito e desenvolve noções da oferta agregada, tal que integrados com o instrumental da demanda agregada permitem a discussão do exercício de políticas econômicas alternativas.</p>			
2. BIBLIOGRAFIA			
<u>PRINCIPAL</u>			
MANKIW, Gregory, Macroeconomia. Rio de Janeiro. LTC, 2004.			
SACHS, Jeffrey; LARRAIN, Felipe, Macroeconomia - em uma Economia Global. São Paulo. Ed. Makron Books – 2000			
<u>COMPLEMENTAR</u>			
BLANCHARD, Olivier, Macroeconomia, São Paulo, Ed. Prentice Hall, 2004.			
GORDON, Robert J. Macroeconomia. 7º ed. Porto Alegre, Ed. Bookman, 2000.			
STIGLITZ, Joseph E; WALSH, Carl E. Introdução à macroeconomia. Rio de Janeiro: Campus, 2003.			
DORNBUSCH, Rudiger & FISCHER, Stanley, Macroeconomia. São Paulo. McGraw, 1998.			
SIMONSEN, Mario Henrique; CYSNE, Rubens Pena, Macroeconomia. São Paulo, Ed. Atlas, 2007.			
MANKIW, Gregory, Princípios de Macroeconomia. São Paulo, Ed. Cengage Learning, 2005.			
MOURA, Marcelo; ANDRADE, Eduardo, Macroeconomia. São Paulo, Ed. Publifolha, 2003.			

CÓDIGO: ECO-106			
DISCIPLINA: CONTABILIDADE SOCIAL			
CRÉDITOS		CARGA HORÁRIA	PRÉ-REQUISITO(S)
T: 4	P -	O -	60 Horas/aula
1. EMENTA			
O Funcionamento da Economia e a Geração dos Agregados. Fluxo Circular da Renda. O Sistema de Contas Nacionais. O produto como medida do Bem-estar Social. As Contas Nacionais do Brasil. Modelos Macroeconômicos Simples (Clássico e Keynesiano). Ativos Financeiros. Contas Monetárias e Fiscais. Balanço de Pagamentos. Insumo-produto.			
2. BIBLIOGRAFIA			
<u>PRINCIPAL</u>			
FEIJÓ, Carmen. Contabilidade Social. Editora Campus, Rio de Janeiro, 2007.			
FILELLINI, A. Contabilidade Social. São Paulo, Atlas, 1988.			
ROSSETTI, José Paschoal, Contabilidade Social, Editora Atlas, SP, 1991.			
<u>COMPLEMENTAR</u>			
BECKERMAN, W. Análise de Renda Nacional, Rio de Janeiro: ZAHAR.			
HADDAD, P. R. Contabilidade Social e Economia Regional. Análise de Insumo-produto. Rio de Janeiro, Zahar, 1976.			

CÓDIGO: ECO-107			
DISCIPLINA: MICROECONOMIA II			
CRÉDITOS		CARGA HORÁRIA	PRÉ-REQUISITO(S)
T: 4	P -	O -	60 Horas/aula
1. EMENTA			
<ul style="list-style-type: none"> - Estudo dos Mercados: Concorrência perfeita, Monopólio, Concorrência monopolista e Oligopólio. - Teoria do equilíbrio geral e bem-estar social. - Noções: Teoria dos jogos, Mercados contestáveis, Custos de Transações e Regulação. 			
2. BIBLIOGRAFIA			
<u>PRINCIPAL</u>			
VARIAN, Hal R. Microeconomia: Princípios Básicos. Editora Campus, RJ, 1995.			
ROBERT, Pindyck, S. RUBINFELD, Daniel, L. Microeconomia. Editora Prentice-Hall, São Paulo, 2006.			
BESANKO, David & BRAEUTIGAM, Ronald, R. Microeconomia: Uma Abordagem Completa. Editora LTC, Rio de Janeiro, 2004.			
<u>COMPLEMENTAR</u>			
MANKIW, N. Gregory. Princípios de Microeconomia. Editora Cengage Learning, São Paulo, 2005.			
VASCONCELOS, Marco, A. S. Manual de Microeconomia. Editora Atlas, São Paulo, 2000.			
MANSFIELD, Edwin & YOHE, Gary. Microeconomia: Teoria e Aplicações. Editora Saraiva, São Paulo, 2005.			
ANDRADE, Eduardo & MADALOZZO, Regina. Microeconomia. Editora Publifolha, São Paulo, 2003.			
FREGUNSON, C.E. Microeconomia. Rio de Janeiro, Ed. Forense. 1974			
HENSONSON E QUANT. Teoria Microeconômica: Uma abordagem matemática. McGraw-Hill, São Paulo, 1988.			
MILLER, Roger Looy. Microeconomia: Teorias, Questões e aplicações. MacGraw-Hill. São Paulo, 1988.			
SIMONSEN, Mário Henrique. Microeconomia. Volume I e II, FGV Rio de Janeiro, 1980.			

CÓDIGO: ECO-108				
DISCIPLINA: MACROECONOMIA II				
CRÉDITOS			CARGA HORÁRIA	PRÉ-REQUISITO(S)
T: 4	P -	O -	60 Horas/aula	EC-104 – MACROECONOMIA I
1. EMENTA				
Os tipos de inflação (inflação de custo e inflação de demanda), políticas de estabilização, taxa de sacrifício, mecanismo de expectativas sobre a inflação (adaptativas e racionais), curva de Phillips e a taxa natural de desemprego. Análise do mercado de trabalho e desemprego. Crescimento econômico de longo prazo (Solow, novas teorias do crescimento). Teoria dos ciclos de negócios.				
2. BIBLIOGRAFIA				
<u>PRINCIPAL</u>				
MANKIW, Gregory. Macroeconomia. Rio de Janeiro. LTC, 2004.				
SACHS, Jeffrey; LARRAIN, Felipe. Macroeconomia - em uma Economia Global. São Paulo. Ed. Makron Books – 2000				
<u>COMPLEMENTAR</u>				
BLANCHARD, Olivier. Macroeconomia, São Paulo, Ed. Prentice Hall, 2004.				
GORDON, Robert J. Macroeconomia. 7º ed. Porto Alegre, Ed. Bookman, 2000.				
STIGLITZ, Joseph E; WALSH, Carl E. Introdução à macroeconomia. Rio de Janeiro: Campus, 2003.				
DORNBUSCH, Rudiger & FISCHER, Stanley. Macroeconomia. São Paulo. McGraw, 1998.				
SIMONSES, Mario Henrique; CYSNE, Rubens Pena. Macroeconomia. São Paulo, Ed. Atlas, 2007.				
MANKIW, Gregory, Princípios de Macroeconomia. São Paulo, Ed. Cengage Learning, 2005.				
MOURA, Marcelo; ANDRADE, Eduardo. Macroeconomia. São Paulo, Ed. Publifolha, 2003.				

Código: ECO-110			
Disciplina: ECONOMIA INTERNACIONAL			
Créditos		Carga Horária	Pré-Requisito(s)
T: 4	P:	O:	60 Horas/aula
1. Ementa			
<p>A teoria das vantagens cooperativas: Origens históricas. Hipóteses básicas, Resultados fundamentais e evidências empíricas. Teorias recentes. Crescimento econômico e comércio internacional. Política comercial e aspectos monetários do comércio internacional. A demanda e a oferta de divisas externas. O balanço de pagamentos e seus componentes. Política de estabilização com câmbio fixo, câmbio flexível e o movimento de capital. O sistema monetário internacional. A integração econômica: Os mercados comuns, a cooperação e acordos internacionais.</p>			
2. Bibliografia			
<u>PRINCIPAL</u>			
KRUGMAN, Paul & OBSTFELD, Maurice. Economia Internacional: Teoria e Política. São Paulo, Ed. Makron-Books – 2005.			
MAIA, Jayme, M. Economia Internacional e Comércio Exterior. Editora Atlas, São Paulo, 2008.			
CARVALHO, Maria. A.& SILVA, Cesar R. L. Economia Internacional. Editora Saraiva, São Paulo, 2007.			
<u>COMPLEMENTAR</u>			
SODERTEN, Bg., Economia Internacional. Rio de Janeiro, Ed. Interciência – 1979.			
DORNBUSH, R - & FISHER, S, Macroeconomia. São Paulo, Ed. McGraw – 1982			
KINDLEBERGER, Charles, Economia Internacional. São Paulo, Mestre Joule – 1974.			
ZIMI, Álvaro. A Determinação do Nível de Câmbio. Revista Brasileira.			

CÓDIGO: ECO-111			
DISCIPLINA: ECONOMIA REGIONAL E URBANA			
CRÉDITOS		CARGA HORÁRIA	PRÉ-REQUISITO(S)
T: 4	P:	O:	60 Horas/aula
1. EMENTA			
Aspectos e Discussões dos Conceitos de espaço região e Regionalismo. Teorias da localização: teorias e medidas. Teorias do desenvolvimento Regional. Noções sobre Aglomerados, Complexos industriais e polos de Desenvolvimento. As Interrelações Regionais das Atividades econômicas: Teoria e aplicação da Matriz de Leontief. Teoria da Base de Exportação e o Crescimento econômico. Aspectos Teóricos, Econômicos e Sociais das Disparidades Regionais do Brasil.			
2. BIBLIOGRAFIA			
<u>PRINCIPAL</u>			
CLEMENTE, Ademir. Economia e Desenvolvimento Regional. Editora ATLAS, São Paulo, 2000.			
CROCCO, Marco. DINIZ, Clélio C. Economia Regional e Urbana – Contribuições Teóricas Recentes. Editora UFMG, MG, 2006.			
<u>COMPLEMENTAR</u>			
HADDAD, P. Roberto, Economia Regional: Teorias e Métodos de Análises. Fortaleza, BNB - 1989			
CORRÊA, R. Lobato, Região e Organização Espacial. São Paulo. Global Ed., 1985.			
ALBUQUERQUE, R.C. Cavalcanti, Desenvolvimento Regional no Brasil. 2ª ed., Brasília, IPEA/IPLAN, 1978.			
HAAAD, P.R, Desequilíbrios Regionais e Descentralização Industrial. RJ., IPEA/IMPES, 1975.			
HILHORST, Joel G.M, Planejamento Regional. 2ª ed. Rio de janeiro, Zahar Ed. 1975			
COSTA, José Monteiro, Las Teorias Del Crescimento Regional y El Proceso de Planificacion Regional. Belém, NAEA>UFPA, 1984			
LIRA, Sérgio R. Bacury. A Zona Franca de Manaus e a Transformação Industrial do Estado do Amazonas. Belém, NAEA/UFPA, 1988			
GOMES, G. Maia, Recessão e Desemprego nas Regiões Brasileiras. Recife, 1985.			

CÓDIGO: ECO-114			
DISCIPLINA: ECONOMIA DO SETOR PÚBLICO			
CRÉDITOS		CARGA HORÁRIA	
PRÉ-REQUISITO(S)			
T: 4	P:	O:	60 Horas/aula
1. EMENTA			
O Estado Brasileiro e sistema de governo; Fonte de financiamento do setor público; Base institucional das despesas públicas; Orçamento público; A execução orçamentária; Avaliação da execução orçamentária; A questão fiscal e o benefício social; Fundamentos do Orçamento Público.			
2. BIBLIOGRAFIA			
<u>PRINCIPAL</u>			
BACHA, Edmar. & LIMA, Roberto. A. S. Macroeconomia: Teoria e Aplicações à Economia Brasileira. Editora Alínea, São Paulo, 2006.			
ARVATE, Paulo. BIDERMAN, Ciro. Economia do Setor Público no Brasil. Editora Campus, Rio de Janeiro, 2004.			
RIANI, Flávio, Economia do Setor Público. Atlas, SP, 1990.			
<u>COMPLEMENTAR</u>			
FILELLINE, Alfredo, Economia do Setor Público. Atlas, SP, 1988.			
VARIAN, Hal R., Microeconomia: Princípios Básicos. Editora Campus, RJ, 1995			
DORNBUSCH, Rudiger & FISCHER, Stanley, Macroeconomia. McGraw-Hill, SP, 1982.			
BALEEIRO, Aliomar, Uma Introdução à Ciências de Finanças. Forense, RJ, 1974.			
DALTON, Hugh, Princípios de Finanças Públicas. FGV, RJ, 1980.			
GIACOMINI, James, Orçamento Público. Atlas, SP, 1985.			
LONGO, Carlos Alberto e TROSTER, Roberto Luís, Economia do Setor Público. Atlas, SP, 1993.			
MARGULIS, Sérgio (org.), Meio Ambiente: Aspectos Técnicos e Econômicos. IPEA/PNUD, Brasília, 1990.			
SILVA, Fernando A. R. da, Finanças Públicas. Atlas, SP, 1979.			

CÓDIGO: ECO-117			
DISCIPLINA: ECONOMETRIA			
CRÉDITOS		CARGA HORÁRIA	PRÉ-REQUISITO(S)
T: 4	P:	O:	60 Horas/aula
1. EMENTA			
A concepção de modelos em economia. Regressão simples. Extensões do modelo simples: Coeficiente de Determinação, Teste de Hipótese. Regressão com duas variáveis independentes (Múltipla). Violação dos Pressupostos Básicos no Modelo de Regressão: Multicolinearidade, Heteroscedasticidade e Autocorrelação dos resíduos. Tópicos de Econometria.			
2. BIBLIOGRAFIA			
<u>PRINCIPAL</u>			
GUJARATI, Domodar N. Econometria Básica. Makron Books Editora do Brasil Ltda., SP, 2000.			
HILL, R. Carter, GRIFFITHS, William e JUDGE, George G. Econometria. Editora Saraiva, SP, 2000.			
MADDALA, G. S., Introdução à Econometria, Editora LTC, RJ, 2003.			
<u>COMPLEMENTAR</u>			
STOCK, H. James, WATSON, W. Mark. Econometria. Pearson Education, SP, 2004.			
WOOLDRIDGE, Jeffrey, M. Introdução à Econometria – Uma Abordagem Moderna. Editora Thomson Learning, SP, 2006.			
SCHMIDT, Sthephen J. Econometria. McGraw-Hill, SP, 2005.			
KMENTA, Jan. Elementos de Econometria: Teoria Econométrica Básica. Volumes I e II, Editora Atlas. São Paulo, 1990.			
MATOS, Orlando Carneiro. Econometria Básica – Teoria e Aplicação. Editora Atlas, SP, 2000.			
ALVES, Denisard e VASCONCELLOS, Marco Antônio Sandoval. Manual de Econometria. Editora Atlas, SP, 2000.			

CÓDIGO: ECO-118			
DISCIPLINA: ECONOMIA MONETÁRIA			
CRÉDITOS		CARGA HORÁRIA	
PRÉ-REQUISITO(S)			
T: 4	P:	O:	60 Horas/aula
EMENTA			
<p>Conceitos básicos. Moeda (origem, tipos e funções). Base monetária e meios de pagamentos. Criação e controle dos meios de pagamentos. O controle ampliado de meios de pagamentos. O multiplicador monetário. A demanda por moeda e o mercado monetário. Modelos teóricos: a concepção keynesiana; a Teoria Quantitativa da moeda (tradicional e contemporânea). A curva Lm: o equilíbrio no mercado monetário. As políticas monetárias. O conceito de inflação estrutural. A curva de Phillips. O Sistema Bancário e Financeiro no Brasil.</p>			
BIBLIOGRAFIA			
<u>PRINCIPAL</u>			
<p>ROSSETI, José P. & LOPES, João do C, Economia Monetária. São Paulo, Atlas, 2005. HILBRECHT, Ronald. Economia Monetária. São Paulo, Editora Atlas, 2000. HOWELLS, Peter. Economia Monetária: Moedas e Bancos. Editora LTC, Rio de Janeiro, 2001.</p>			
<u>COMPLEMENTAR</u>			
<p>BRANSON, Willian & LITVACK, James M, Macroeconomia. São Paulo, Harba, 1978. TAYLOR, John B. & HALL, Robert E. Macroeconomia: teoria, desempenho e política. Rio de Janeiro, Editora Campos, 1989.</p>			

CÓDIGO: ECO-119			
DISCIPLINA: DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO.			
CRÉDITOS		CARGA HORÁRIA	PRÉ-REQUISITO(S)
T: 4	P:	O:	60 Horas/aula
EMENTA			
<p>Conceitos, princípios, definições e teorias. Instituições, teoria econômica e o estado de desenvolvimento. Características comuns às nações em desenvolvimento. Crescimento histórico e desenvolvimento contemporâneo. Problemas e políticas internas. Crescimento e distribuição de renda. População, desemprego, urbanização e migração, transformação agrícola e desenvolvimento rural, educação e desenvolvimento.</p>			
BIBLIOGRAFIA			
PRINCIPAL			
SOUZA, Nali de Jesus de, Desenvolvimento Econômico. Atlas S.A., SP, 2005.			
ROMÃO, Maurício E. C., Pobreza: Conceitos e Mensuração. Universitária/UFPE, 1982.			
COMPLEMENTAR			
ALEXANDER, Robert J., O ABC do Desenvolvimento Econômico. Fundo de Cultura S.A., SP.			
BARBOSA, Fernando de Holanda (organizador), Estabilização e Crescimento Econômico na América Latina. Livros Técnicos e Científicos Editora, 1991, SP.			
BALDWIN, Robert E., Desenvolvimento e Crescimento Econômico. Biblioteca Pioneira de Ciências Sociais, SP.			
CASTRO, Claudio de Moura, Desenvolvimento Econômico, Educação e Educabilidade. FNME/MEC, RJ, 1976.			
FURTADO, Celso, Teoria e Política do Desenvolvimento Econômico. Companhia Editora Nacional, SP, 1977.			
HARCOURT, C. C. & LAING, N. F., Capital e Crescimento Econômico, Interciência. RJ, 1978.			
SCHUMPETER, Joseph A., Teoria do Desenvolvimento Econômico. Nova Cultural, SP, 1988.			

CÓDIGO: ECO-140			
DISCIPLINA: MATEMÁTICA FINANCEIRA			
CRÉDITOS		CARGA HORÁRIA	PRÉ-REQUISITO(S)
T: 4	P -	O -	60 Horas/aula
EMENTA			
A Matemática Financeira e o seu Objeto; Conceitos; Modelos de Capitalização Simples e Composta; Avaliação de Alternativas de Investimentos; Desconto Comercial; Anuidade; Planos de Amortização de Financiamentos.			
BIBLIOGRAFIA			
<u>PRINCIPAL</u>			
ZENTGRAF, Walter. Matemática Financeira. Editora Campus, Rio de Janeiro, 2006.			
VERAS, Lilia L. Matemática Financeira. Editora Atlas, São Paulo, 2007.			
MILONE, Giuseppe. Matemática Financeira. Editora Thomson, São Paulo, 2006.			
<u>COMPLEMENTAR</u>			
FARIA, Rogério G. de, Matemática Comercial e Financeira. São Paulo, McGraw-Hill do Brasil, 1983.			
FERREIRA, Roberto G. Matemática Financeira Aplicada ao Mercado de Capitais. Vol. 1 e 2, Recife, Editora universitária, 1980.			
FISHER, Irving. A Teoria do Juro. São Paulo, Nova Cultural, 1986.			
MATHIAS, Washington F. & GOMES, José M, Matemática Financeira. São Paulo, Atlas, 1980.			

CÓDIGO: ECO-142			
DISCIPLINA: MATEMÁTICA PARA ECONOMIA E ADMINISTRAÇÃO II			
CRÉDITOS		CARGA HORÁRIA	PRÉ-REQUISITO(S)
T: 4	P -	O -	60 Horas/aula
EMENTA			
Aplicações da Derivada, Integrais, Métodos de integração, Aplicações das Integrais à Economia.			
BIBLIOGRAFIA			
<u>PRINCIPAL</u>			
CHIANG, Alpha, Matemática para Economista. Editora Campus, Rio de Janeiro, 2006.			
SIMON, Carl P. & BRUME, Lawrence. Matemática para Economista Editora Bookman, Porto Alegre, 2004.			
WEBBER, Jean E, Matemática para Economia e Administração. Editora Harbra Ltda., São Paulo, 1986.			
<u>COMPLEMENTAR</u>			
LEITHOLD, Louis, Cálculo com Geometria Analítica. Editora Harbra Ltda., São Paulo, 1987.			
YANAME, Taro, Matemática para Economistas. Vols, 1 e 2, Editora Atlas, São Paulo.			

CÓDIGO: ECO-143			
DISCIPLINA: ÁLGEBRA LINEAR PARA ECONOMIA			
CRÉDITOS		CARGA HORÁRIA	PRÉ-REQUISITO(S)
T: 4	P -	O -	60 Horas/aula
EMENTA			
Matrizes, Determinantes, Sistemas Lineares, Espaços vetoriais, transformações lineares.			
BIBLIOGRAFIA			
<u>PRINCIPAL</u>			
WETZLER, Henry G. Álgebra Linear. Editora Harbra, São Paulo, 1986			
LAY, David C. Álgebra Linear e Suas Aplicações. Editora LTC, Rio de Janeiro, 1999.			
ANTON, Howard. Álgebra Linear com Aplicações. Editora Bookman, Porto Alegre, 2001.			
<u>COMPLEMENTAR</u>			
HOFFMAN E KUNZE, Álgebra Linear. Livros Técnicos e Científicos Editora. S.A.			
LIMA, Elon Lages, Álgebra Linear. Coleção Matemática Universitária.			
MURDOCH, D C., Álgebra Linear. 1ª Edição, LTC, 1978.			

CÓDIGO: ECO-144			
DISCIPLINA: INTRODUÇÃO À ESTATÍSTICA PARA ECONOMIA E ADMINISTRAÇÃO			
CRÉDITOS		CARGA HORÁRIA	PRÉ-REQUISITO(S)
T: 4	P -	O -	60 Horas/aula
EMENTA			
Princípios Elementares da Estatística, Aplicações, Obtenção de dados estatísticos, Métodos tabulares, Métodos gráficos, Métodos numéricos, medidas de posição, Medidas de dispersão, Medidas de assimetria, Medidas de curtose, Medidas de associação entre duas variáveis, Números índices.			
BIBLIOGRAFIA			
<u>PRINCIPAL</u>			
BARROW, Michael. Estatística para Economia, Contabilidade e Administração. Editora Ática, São Paulo, 2008.			
SEWARD, Lori E. & DOANE, David P. Estatística Aplicada para Administração e Economia. Editora Macgraw-Hill Brasil, São Paulo, 2008.			
KAZMIER, Leonardo J. Estatística Aplicada a Economia e Administração. Editora Macgraw-Hill Brasil, São Paulo, 1982.			
<u>COMPLEMENTAR</u>			
ANDERSON, David R., SWEENEY, O. J. e WILLIAMS, T. A., Estatística Aplicada à Administração e Economia. 2ª Edição, Pioneira, 2002.			
MARTINS, Gilberto de Andrade e DONARE, Denis, Princípios de Estatística. Editora Atlas.			
STEVESON, W. J., Estatística Aplicada a Economia e Administração.			
FRANCISCO, Walter de, Estatística. Editora Atlas, 1982.			
NETO, C. e OLIVEIRA, Pedro Luiz, Estatística. 1ª Edição, Editora Edgard Blucher, 1977.			

CÓDIGO: ECO-145				
DISCIPLINA: ESTATÍSTICA APLICADA PARA ECONOMIA E ADMINISTRAÇÃO				
CRÉDITOS			CARGA HORÁRIA	PRÉ-REQUISITO(S)
T: 4	P -	O -	60 Horas/aula	
1. EMENTA				
Probabilidade, Distribuição de Probabilidade, Amostragem, Estimação, Teste de Hipóteses, Análise da Variância.				
2. BIBLIOGRAFIA				
<u>PRINCIPAL</u>				
BARROW, Michael. “Estatística para Economia, Contabilidade e Administração”. Editora Ática, São Paulo, 2008.				
SEWARD, Lori E. & DOANE, David P. “Estatística Aplicada para Administração e Economia”. Editora Macgraw-Hill Brasil, São Paulo, 2008.				
KAZMIER, Leonardo J. “Estatística Aplicada a Economia e Administração”. Editora Macgraw-Hill Brasil, São Paulo, 1982.				
<u>COMPLEMENTAR</u>				
ANDERSON, David R., SWEENEY, O. J. e WILLIAMS, T. A., “Estatística Aplicada à Administração e Economia”. 2ª Edição, Pioneira, 2002.				
MARTINS, Gilberto de Andrade e DONARE, Denis, “Princípios de Estatística”. Editora Atlas.				
STEVESON, W. J., “Estatística Aplicada a Economia e Administração”.				
FRANCISCO, Walter de, “Estatística”. Editora Atlas, 1982.				
NETO, C. e OLIVEIRA, Pedro Luiz, “Estatística”. 1ª Edição, Editora Edgard Blucher, 1977.				

DISCIPLINAS DE FORMAÇÃO HISTÓRICA

CÓDIGO: ECO-105			
DISCIPLINA: HISTÓRIA ECONÔMICA GERAL			
CRÉDITOS		CARGA HORÁRIA	PRÉ-REQUISITO(S)
T: 4	P -	O -	60 Horas/aula
1. EMENTA			
Economias agropastoris e comerciais: Feudalismo. Expansão comercial da Europa. Colonialismo. Revolução Industrial: Europa Ocidental, Estados Unidos e Japão. Primeira Guerra Mundial, suas relações com a Expansão do capitalismo e reajustamento no pós-guerra. A grande depressão, o New-Deal, o nazismo, o fascismo e as políticas de recuperação. A Segunda guerra mundial e o capitalismo no pós-guerra. A expansão e crise socialista. Economias subdesenvolvidas.			
2. BIBLIOGRAFIA			
<u>PRINCIPAL</u>			
FILHO, Cyro, B. R. História Econômica Geral. Editora Contexto, 2003.			
MAGALHÃES, Francisco de B.B. História Econômica. São Paulo: Ed., Saraiva, 1989.			
FRANCO, Jr, Hilário & CACAU, Paulo P. História Econômica Geral. São Paulo, Atlas, 1986.			
<u>COMPLEMENTAR</u>			
DICIONÁRIO DE ECONOMIA, Editora Best Seller, SP, 1992.			
DOB, Maurice. A Evolução do Capitalismo. Rio de Janeiro: ZAHAR Editores, 1976.			
HUBERMAN, Leo. História da Riqueza do Homem. Rio de Janeiro: ZAHAR Editores, 1989.			
DENIS, Henri. História do Pensamento Econômico. Livros Horizonte Lisboa.			

CÓDIGO: ECO-109			
DISCIPLINA: FORMAÇÃO ECONÔMICA DO BRASIL			
CRÉDITOS		CARGA HORÁRIA	PRÉ-REQUISITO(S)
T: 4	P -	O -	60 Horas/aula
1. EMENTA			
O antigo sistema colonial. A Fase de transição e emancipação política. Expansão e crise da acumulação cafeeira. Os primórdios da industrialização. Os anos 30 e a conformação do modelo urbano-industrial. A expansão do pós-guerra e o desenvolvimento dos anos 50. Esgotamento do ciclo expansivo e a crise dos anos 60.			
2. BIBLIOGRAFIA			
<u>PRINCIPAL</u>			
FURTADO, Celso, Formação Econômica do Brasil. São Paulo: Nacional. 1985.			
GREMAUD, Armaury, P. SAES, Flavio, A. M. JR, Rudinei, T. Formação Econômica do Brasil. Editora Atlas, São Paulo, 1997.			
MELO, J. M. C., O Capitalismo Tardio . Brasiliense.			
<u>COMPLEMENTAR</u>			
GORENDER, J., O Escravismo Colonial . Ática, 1985.			
NOVAIS, Fernando A., Portugal e Brasil na Crise do Antigo Sistema Colonial. São Paulo: Hicitec, 1808.			
ARELIANO, Liana M., No Limiar da Industrialização. São Paulo: Brasiliense, 1981.			
MARTINS, J de S., O Capitalismo da Terra. São Paulo: Hucitec, 1986			
OLIVEIRA, F., A Economia Brasileira Crítica à Razão Dualista. Petrópolis, Vozes, 1987.			

CÓDIGO: ECO-112			
DISCIPLINA: ECONOMIA BRASILEIRA			
CRÉDITOS		CARGA HORÁRIA	PRÉ-REQUISITO(S)
T: 4	P -	O -	60 Horas/aula
1. EMENTA			
A Industrialização restringida. O modelo de Substituição das importações. A crise de 60 e os elementos da recuperação. A nova articulação política e a centralização autoritária. O milagre econômico: características fundamentais. O capital internacional, o estado e a empresa privada nacional. As formas de integração reprodutiva. Anos 80, a década perdida. Recessão econômica. Endividamento externo. Políticas de combate a inflação e desemprego.			
2. BIBLIOGRAFIA			
<u>PRINCIPAL</u>			
GREMAUD, Armaury. P. Economia Brasileira Contemporânea. Editora Atlas, São Paulo, 2007.			
ABREU, Marcelo P. A Ordem do Progresso – Cem Anos de Política Republicana de 1889 à 1989. Editora Campus, Rio de Janeiro, 1990.			
<u>COMPLEMENTAR</u>			
FURTADO, Celso. Formação Econômica do Brasil. São Paulo. Ed. Nacional, 1987			
MANTEGA, Guido. A economia política brasileira. Petrópolis. 1984			
CASTRO, Antônio Barros. A economia brasileira em marcha forçada. Rio de Janeiro, 1985			
LESSA, Carlos. Quinze anos de política econômica. São Paulo, Ed Paz, 1987			
PELAEZ. Carlos Manuel. História econômica do Brasil. Ed Atlas, São Paulo, 1979.			

CÓDIGO: ECO-115			
DISCIPLINA: HISTÓRIA DO PENSAMENTO ECONÔMICO I.			
CRÉDITOS		CARGA HORÁRIA	PRÉ-REQUISITO(S)
T: 4	P:	O:	60 Horas/aula
1. EMENTA			
Feudalismo: Idade Média, mercantilismo. Período científico: Escola Fisiocrata (França). Escola Clássica (Inglaterra): Adam Smith, David Ricardo e Malthus. Teoria da utilidade: Utilitarismo. John Stuart Mill. Socialismo: Utópico e científico: Marx. Imperialismo. Capitalismo financeiro: Teoria Neoclássica: Walras e Marshall.			
2. BIBLIOGRAFIA			
<u>PRINCIPAL</u>			
BLEU, Stanley L. História do Pensamento Econômico. Editora Thomson Learning, SP, 2005.			
ARAUJO, Carlos R. S. História do Pensamento Econômico. Editora Atlas, São Paulo, 1998.			
HUNTE, E. K. História do Pensamento Econômico. Editora Campus, RJ, 2005.			
<u>COMPLEMENTAR</u>			
HUGON, P. História das Doutrinas Econômicas. São Paulo, Atlas, 1986.			
BELL, John F. História do Pensamento Econômico. Rio de Janeiro, Zahar, 1976.			
DENIS, H. História do Pensamento Econômico. Lisboa, Horizonte, 1978.			

CÓDIGO: ECO-120			
DISCIPLINA: HISTÓRIA DO PENSAMENTO ECONÔMICO II			
CRÉDITOS		CARGA HORÁRIA	PRÉ-REQUISITO(S)
T: 4	P:	O:	60 Horas/aula
EMENTA			
A economia política clássica em questão. A defesa da escola Clássica. Os precursores da economia neoclássica. A nova teoria do valor e da repartição de renda. A teoria do bem estar e o debate neoclássico. A escola keynesiana e o monetarismo. A escola institucionalista. A nova teoria clássica e a teoria das expectativas racionais. A questão do ciclo econômico. O pensamento econômico no Brasil.			
BIBLIOGRAFIA			
<u>PRINCIPAL</u>			
BLEU, Stanley L. História do Pensamento Econômico. Editora Thomson Learning, SP, 2005.			
ARAUJO, Carlos R. S. História do Pensamento Econômico. Editora Atlas, São Paulo, 1998.			
HUNTE, E. K. História do Pensamento Econômico. Editora Campus, RJ, 2005.			
<u>COMPLEMENTAR</u>			
HUGON, P, História das Doutrinas Econômicas. São Paulo, Atlas, 1986.			
BELL, John F, História do Pensamento Econômico. Rio de Janeiro, Zahar, 1976.			
DENIS, H, História do Pensamento Econômico. Lisboa, Horizonte, 1978.			

DISCIPLINAS DE FORMAÇÃO TEÓRICO-PRÁTICAS

CÓDIGO: ECO-116			
DISCIPLINA: ELABORAÇÃO E ANÁLISE DE PROJETOS			
CRÉDITOS		CARGA HORÁRIA	PRÉ-REQUISITO(S)
T: 4	P:	O:	60 Horas/aula
1. EMENTA			
Elaboração de projetos: O projeto, o mercado, a engenharia, o tamanho, a localização, custos e receitas, investimentos e financiamento. O orçamento de receitas e despesas e a organização dos dados básicos para a avaliação. A avaliação do projeto: natureza do problema, o problema técnico da avaliação, tipos de coeficiente de avaliação, a seleção entre os critérios para avaliação e fatores econômicos e políticos na avaliação.			
2. BIBLIOGRAFIA			
<u>PRINCIPAL.</u>			
MATHIAS, Washington, F. & WOILER, Samsão. Projetos – Planejamento, Elaboração, Análise. São Paulo, Editora Atlas, 2008.			
CAVALCANTI, Marly. & PLANTULHO, Vicente Lentini. Análise e Elaboração de Projetos de Capital – Sob uma nova ótica. Juruá Editora, Curitiba-PR, 2007.			
BUARQUE, Cristovan, Avaliação Econômica de Projetos. Rio de Janeiro, Campus, 1989.			
<u>COMPLEMENTAR.</u>			
HOLANDA, Nilson. Planejamento e Projetos. Fortaleza, UFC, 1982.			
ILPES - Instituto Latino-americano de Planificación Económica y Social. Guia para Preparacion de Projectos. SIGLO XXI, Ed. , 1973. Coordinado por el prof. Antônio Baltar.			

CÓDIGO: ECO- 122			
DISCIPLINA: TÉCNICAS DE PESQUISA EM ECONOMIA			
CRÉDITOS		CARGA HORÁRIA	
T: 4		P -	O -
		60 Horas/aula	
PRÉ-REQUISITO(S)			
EMENTA			
Planejamento de Pesquisa. Preparação da pesquisa. Fase da pesquisa. Execução da pesquisa. Coleta de dados. Representação dos dados: quadros, tabelas e gráficos. Conclusões. Elaboração do relatório. Aspectos práticos e materiais da redação.			
BIBLIOGRAFIA			
<u>PRINCIPAL</u>			
BOCCHI, João Ildebrando (org.) Monografia para Economia. São Paulo: Saraiva 2004			
Gil Antonio Carlos. Como elaborar Projeto de Pesquisa. 4º ed. São Paulo: Atlas, 2002.			
MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. Fundamentos de Metodologia Científica. 5º ed. São Paulo; Atlas, 2003			
<u>COMPLEMENTO</u>			
RAMPAZZO, Lino. Metodologia Científica. São Paulo: Loyola, 2002.			
RICHARDSON, Roberto Jarry. Pesquisa Social: métodos e técnicas. 3º ed. Ver. e Amp São Paulo: Atlas, 1999.			
SALOMON, Délcio Vieira. Como fazer uma Monografia. São Paulo: Martins Fontes, 2001.			
SANTOS, Clóvis Roberto dos. Monografia Científica. São Paulo: AVERCAMP, 2005			
SEABRA, Giovanni de Farias. Pesquisa Científica: O Método em questão. Brasília UNB. 2001.			
SEVERINO, Antonio Joaquim Metodologia do trabalho científico. São Paulo: Cortez 2000			
SOARES, Edvaldo. Metodologia Científica. São Paulo: Atlas, 2003			
DEMO, Pedro. Metodologia Científica em Ciências Sociais. Editora Atlas, SP, 1991.			
GOODE, J. William et Hatt, Paul K. Métodos em Pesquisa Social CIA. Editora Nacional, São Paulo, 3ª edição. 1969.			
LAKATOS, Eva Maria e Marconi, Marina de Andrade, Metodologia do Trabalho Científico Editora Atlas, SP, 3ª edição, 1991.			
CHIZZOTTI, Antonio. Pesquisa em Ciências Humanas e Sociais. Editora Cortez, SP, 1991.			

DISCIPLINAS OPTATIVAS

CÓDIGO: ECO 102				
DISCIPLINA: INTRODUÇÃO À ECONOMIA II				
CRÉDITOS		CARGA HORÁRIA	PRÉ-REQUISITO(S)	
T: 4	P -	O -	60 Horas/aula	EC-101 – INTRODUÇÃO Á ECONOMIA I
EMENTA				
Tendências Modernas da Economia: Breve Histórico do Pensamento Econômico. Características dos Sistemas Contemporâneos. Teorias Econômicas Modernas. Introdução à Microeconomia: Teoria do Consumidor. Teorias da Firma. Formação dos Preços e Alocação de Recursos no Sistema de Mercado. Introdução à Macroeconomia: O Sistema Econômico e os Agregados Macroeconômicos. Teoria da Determinação da Renda. Variáveis Financeira e Produto. Introdução à Teoria do Desenvolvimento Econômico. Características do Desenvolvimento. Fatores e Limites do Crescimento. Desenvolvimento Econômico e Bem Estar.				
BIBLIOGRAFIA				
ARAÚJO, Carlos Roberto Vieira. "História do Pensamento Econômico: Uma Abordagem Introdutória". Editora Atlas, SP, 1994.				
DICIONÁRIO DE ECONOMIA, Editora Best Seller, SP, 1992.				
CASTRO, A B. R. e LESSA, C.F. – "Introdução à Economia - Uma Abordagem Estruturalista", São Paulo: Forense-Universitária, 1984				
MANUAL DE ECONOMIA. Equipe de professores da USP. Editora Saraiva, 1992.				
ROSSETTI, José Paschoal, "Introdução à Economia", Editora Atlas, SP, 1991.				
SAMUELSON, Paul," Introdução a Análise Econômica", Editora Agir, RJ, 1994.				
SOUZA, Nali De Jesus De. "Introdução à Economia", Editora Atlas S.A., SP, 1996.				
WANNACOTT & WANNACOTT, "Introdução à Economia", McGraw Hill, SP 1985.				

CÓDIGO: ECO-147			
DISCIPLINA: MERCADO FINANCEIRO			
CRÉDITOS		CARGA HORÁRIA	PRÉ-REQUISITO(S)
T: 4	P:	O:	60 Horas/aula
1. EMENTA			
Mercado de Capitais: títulos públicos, títulos privados, mercado acionário, mercado cambial, derivativos e futuros, Análise de investimento no mercado, Políticas econômicas e seus efeitos no mercado, dívidas públicas interna e externa.			
2. BIBLIOGRAFIA			
<u>PRINCIPAL</u>			
ASSAF NETO, A. Mercado financeiro / 4a. ed. São Paulo: Atlas, 2001.			
REIS, M. A. O Mercado de capitais no Brasil. Apostila. PUCMINAS, 2003.			
BEINSTEIN, J. Capitalismo senil: a grande crise da economia global. Rio de Janeiro: Record, 2001.			
<u>COMPLEMENTAR</u>			
FORTUNA, E. Mercado financeiro: produtos e serviços. 15. ed. rev. e atual. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2002. 624p. ISBN 8573033495.			
ROSS, S.; WESTERFIELD, R. W.; JAFFE, J. F. Administração financeira: corporate finance. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2002. 776p. ISBN 8522429421.			
BRASIL, H. G. Avaliação moderna de investimentos. Rio de Janeiro: Qualitymark.(data?)			
FERNANDES, A. A. G. O Brasil e o sistema financeiro nacional. Rio de Janeiro: Qualitymark, 1999.			
PINHEIRO, J. L. Mercado de capitais: fundamentos e técnicas. São Paulo: Atlas, 1998.			
SOROS, G. A crise do capitalismo global. Rio de Janeiro: Campos, 2001.			

CÓDIGO: ECO-148			
DISCIPLINA: ECONOMIA DE EMPRESAS			
CRÉDITOS			CARGA HORÁRIA
T: 4	P -	O -	60 Horas/aula
1. EMENTA			
Teoria da firma. Processo de mercado. Economia dos custos de transação e a empresa, mercado e organizações. Barreiras às entradas. Economias de escala. Paradigma de estrutura-conduta-desempenho. Economia da inovação e da informação. Organização e eficiência econômica. Conceitos básicos: modelos tradicionais de concorrência e sua crítica, empresas, indústria e mundos.			
2. BIBLIOGRAFIA			
PRINCIPAL			
FALCINI, Primo. Avaliação econômica de empresas: técnicas e prática. 2ª. ed. São Paulo: Atlas, 1995.			
FERREIRA DA SILVA, Genival; BARBOSA, Jovi. Como Formar o Preço de Venda. Editora Flamar – Recife 2002.			
MARTINS, Eliseu (Org.). Avaliação de empresas: da mensuração contábil à econômica. São Paulo: Atlas, 2001.. 3ª. ed. São Paulo: Saraiva, 1998.			
<u>COMPLEMENTAR</u>			
PINHO, D. B. Manual de economia. 3ª. ed. São Paulo: Saraiva, 2002.			
TROSTER, R. L. & MOSCHON, F. Introdução à economia. São Paulo: Makron, 1999.			
ROSSETTI, José Paschoal. Introdução à economia. 17. ed. São Paulo: Atlas, 2002.			
SAMUELSON, Paul A.; NORDHAUS, William D. Economia. 16a. ed. Lisboa: McGraw-Hill, 1999.			
SINGER, PAUL. Aprender economia. 22ª. ed. São Paulo: Contexto, 2002.			
VASCONCELLOS, Marco Antonio Sandoval de. Economia: micro e macro. 3ª ed, São Paulo: Atlas, 2002 .			

CÓDIGO: ECO-150			
DISCIPLINA: ECONOMIA DO MEIO AMBIENTE			
CRÉDITOS		CARGA HORÁRIA	PRÉ-REQUISITO(S)
T: 4	P-	O-	60 Horas/aula
EMENTA			
<p>A disciplina, que requer conteúdos prévios na área de Teoria Econômica (micro e macroeconomia) e conhecimentos de métodos quantitativos. Envolve a definição do campo de estudo da economia do meio ambiente, a conceituação e a classificação dos recursos ambientais, a identificação dos diferentes métodos e modelos para a mensuração do meio ambiente, a reflexão sobre o crescimento e desenvolvimento sustentável e auto sustentado, assim como os instrumentos econômicos na gestão e na política ambiental.</p>			
2. BIBLIOGRAFIA			
<u>BIBLIOGRAFIA BÁSICA</u>			
<p>BECKER, Dinizar Fermiano (org.). Desenvolvimento sustentável: Necessidade e/ou possibilidade?. 4. ed., rev. e amp. Santa cruz do sul: Edunisc, 2002.</p> <p>MAY, P.& LUSTOSA, M.C. & VINHA, V. Economia do Meio Ambiente. Rio de Janeiro: Campus, 2003</p> <p>ROMEIRO, A.R. & REYDON, B. P & LEORNARDI, M.L.A. Economia do Meio Ambiente. Campinas: Unicamp, 1997.</p>			
<u>COMPLEMENTAR</u>			
<p>MAY, P.H. & MOTTA, R.S. (org.) Valorando a Natureza: a análise Econômica para o Desenvolvimento Sustentável. Rio de Janeiro: Editora Campus,1994.</p> <p>MAY, P.H. (org.) Economia Ecológica. Rio de Janeiro. Campus, 1995.</p> <p>XIMENES. Tereza. Perspectivas do Desenvolvimento Sustentável: Uma contribuição para a Amazônia 21. 1ª Ed. Belém: NAEA/UFPA, 1997.</p>			

CÓDIGO: ECO-151			
DISCIPLINA: POLÍTICA E PLANEJAMENTO ECONÔMICO			
CRÉDITOS			CARGA HORÁRIA
T: 4	P -	O -	60 Horas/aula
1. EMENTA			
Aspectos da Intervenção Estatal nas Economias Modernas, Políticas de Desenvolvimento Industrial, Políticas Industriais e de Ciência, Tecnologia e Inovação, Políticas de Defesa da Concorrência, Abertura da Conta de Capitais, Política Monetária e Metas de Inflação, Dominância Fiscal, Abertura Comercial e Desenvolvimento e Políticas Sociais.			
2. BIBLIOGRAFIA			
<u>PRINCIPAL</u>			
ROSSETTI, J. Paschoal. Política e programação econômica. 7ª ed., São Paulo: Atlas, 1993.			
GASTALDI, J. Petrelli. Elementos de economia política. 17. ed. São Paulo: Saraiva, 2002.			
BUARQUE, Sergio C. Construindo o desenvolvimento local sustentável: metodologia de planejamento. Rio de Janeiro. Garamond, 2002.			
FREY, Bruno S. Política econômica democrática. São Paulo: Vértice, Editora Revista dos Tribunais, 1987. (Biblioteca Vértice, Economia; 6).			
MONTORO, F. André Franco. et. al. Manual de Economia. 3ª ed. São Paulo: Saraiva, 2001.			
<u>COMPLEMENTAR</u>			
Dain, S. (2001). “O Financiamento Público na Perspectiva da Política Social” Economia e Sociedade, 17: 113-140.			
Possas, M.L. (2004). “Eficiência Seletiva: uma perspectiva neo-schumpeteriana evolucionária sobre questões econômicas normativas”. Revista de Economia Política, 24 (1): 73-94.			
Possas, M.L. (2003). “Ciência, Tecnologia e Desenvolvimento: referências para debate”. Seminário Brasil em Debate, UFRJ, Rio de Janeiro, mimeo, 23pp			
Suzigan, W. (1975). “Industrialização e Política Econômica: uma interpretação em perspectiva histórica”. Política e Planejamento Econômico, 5(2): 433-474.			
Tavares, M.C. e Serra, J. (1970). “Além da Estagnação” in Tavares, M.C. Da Substituição de Importações ao Capitalismo Financeiro. 6a ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1977, pp. 153-207.			

CÓDIGO: ECO-153			
DISCIPLINA: ECONOMIA AGRÍCOLA			
CRÉDITOS		CARGA HORÁRIA	
PRÉ-REQUISITO(S)			
T: 4	P:	O:	60 Horas/aula
1. EMENTA			
<p>Noções sobre o desenvolvimento da agricultura; Relação entre a agricultura e o processo de reprodução do capital; A Agricultura brasileira: estado e agricultura, políticas governamentais, expansão da fronteira agrícola, agricultura amazônica e campesinato. Noções básicas de economia. Sistema econômico e suas relações fundamentais. Lei da oferta e da demanda. Estruturas de Mercado. Teoria da Produção. Política Agrícola. Elementos de Macroeconomia.</p>			
2. BIBLIOGRAFIA			
<u>PRINCIPAL</u>			
<p>ABRAMOVAY, Ricardo. Paradigmas do Capitalismo Agrário em Questão. 2ª ed. UNICAMP. IE, Campinas, 1998.</p> <p>ARBAGE, A.P. Fundamentos de Economia Rural. Chapecó: Editora Argos, 2006.</p> <p>BATALHA, M.O. (Coord.) Gestão agroindustrial: GEPAI: Grupo de Estudos e pesquisas agroindustriais. São Paulo: Atlas, 1997.</p> <p>CHIANG, A. Matemática para economistas. São Paulo: McGraw-Hill, 1982.</p> <p>FARINA, M.M.Q; AZEVEDO, P.F.; SAES, M.S.M. Competitividade: Mercado, Estado e Organizações. São Paulo: Editora Singular, 1997.</p> <p>MENDES, J.T.G. Economia Agrícola: Princípios Básicos e Aplicações. Curitiba: Scientia et Labor, 1989.</p> <p>ZYLBERSZTAJN, D.; NEVES, M.F. (Orgs.) Economia e Gestão dos negócios agroalimentares, indústrias de insumos, produção agropecuária, distribuição. São Paulo: Pioneira, 2000.</p>			
<u>COMPLEMENTAR</u>			
<p>DIAS, Guilherme Leite da Silva e AMARAL, Cicely Moitinho. Mudanças Estruturais na Agricultura Brasileira in BAUMANN, Renato (org.), Brasil Uma Década em Transição. Campus, Rio de Janeiro, 1999.</p> <p>GUIMARÃES, Alberto Passos. A Crise Agrária. Paz e Terra, Rio de Janeiro, 1979.</p> <p>_____. Quatro Séculos de Latifúndio. Paz e Terra, Rio de Janeiro, 1981.</p> <p>IANNI, Otávio. Origens Agrárias do Estado Brasileiro. São Paulo, Brasiliense, 1984.</p> <p>_____. Ditadura e Agricultura. São Paulo, Civilização Brasileira, 1979.</p> <p>KAUTSKY, Karl. A Questão Agrária. Brasília, Linha Gráfica Editora, 1998.</p> <p>LEMARCH, Hugues. (Coordenador) Agricultura Familiar (2 volumes), Campinas, editora da Unicamp, 1998.</p> <p>LENIN, Vladimir Ilich. Capitalismo e Agricultura nos Estados Unidos da América. São Paulo, Abril Debates, 1980.</p> <p>OLIVEIRA, Luiz Antonio Pinto. O Sertanejo, o Brabo e o Posseiro – Cem Anos de Andanças da População Nordestina. Belo Horizonte, UFMG, 1982.</p> <p>PRADO JÚNIOR, Caio. A Questão Agrária no Brasil. São Paulo, Brasiliense, 1981.</p> <p>SILVA, Adalberto Ferreira da. Ocupação Recente das Terras do Acre. Belo Horizonte, UFMG, 1982.</p> <p>SILVA, José Graziano da. Modernização Dolorosa. Rio de Janeiro. Zahar Editores, 1982.</p>			

CÓDIGO: ECO-154			
DISCIPLINA: ECONOMIA DO TRABALHO			
CRÉDITOS		CARGA HORÁRIA	PRÉ-REQUISITO(S)
T: 4	P:	O:	60 Horas/aula
1. EMENTA			
Análise teórica e empírica do mercado de trabalho: conceitos básicos e definições (PIA, PEA, força de trabalho, taxa de participação, ocupação, desocupação, desemprego, rotatividade); As diferentes abordagens teóricas (clássicos, neoclássicos, Marx); Emprego e rendas nas economias capitalistas atrasadas no pós-guerra; Intervenção governamental e sindicatos; Mercado de Trabalho no Brasil; Mercado informal: características e condicionantes no Brasil. Políticas de emprego e salários; A crise do trabalho e a Economia Solidária (A Economia Solidária no Brasil e em Roraima).			
2. BIBLIOGRAFIA			
<u>PRINCIPAL</u>			
ARROYO, João. C. T.; SCHUCH, Flávio C. Economia Popular e Solidária: a alavanca para um desenvolvimento sustentável. Coleção Brasil Urgente. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2006.			
AZEREDO, Beatriz; RAMOS, Carlos. Políticas Públicas de Emprego: experiências e desafios. In: Revista Planejamento e Políticas Públicas. n.12. jun/dez. 1995. Brasília: IPEA, 1996.			
BARBOSA, Alexandre de Freitas. A formação do mercado de trabalho no Brasil. São Paulo: Alameda, 2008.			
CACCIAMALI, M.C. (1989). "Emprego no Brasil durante a primeira metade da década de 80". In: Mercado de trabalho e distribuição de renda. Rio de Janeiro, IPEA/INPES, 1989.			
<u>COMPLEMENTAR</u>			
FONTES, Rosa; ARBEX, Marcelo A (editores). Desemprego e mercado de trabalho: ensaios teóricos e empíricos. Viçosa: Ed. UFV, 2000.			
GAIGER, Luiz Inácio (org.). Sentidos e experiências da economia solidária no Brasil. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2004.			
GRADE, Marlene; PEREIRA, Meire J. A. Mulheres migrantes e indígenas em Roraima: a construção de uma trajetória coletiva. Boa Vista: Ed. UFRR, 2010.			
LUQUE, C. e CHAHAD, J.P. (1985). Formação de salários no Brasil: uma contribuição ao debate. Estudos econômicos, 15(1), jan/abr., 1985.			
MARX, K. (1985). Salário, preço e lucro. São Paulo, Moraes, 1985.			
POCHMANN, Márcio. O emprego no desenvolvimento da nação. São Paulo: Boitempo, 2008.			
SINGER, Paul. A economia solidária no Brasil: a autogestão como resposta ao desemprego. São Paulo: Contexto, 2001.			
SOUZA, P.R. Emprego, salários e pobreza. São Paulo, Hucitec, 1980.			
SOUZA, P.R. O que são empregos e salários. 8ª ed. Coleção Primeiros Passos, 28. São Paulo: Brasiliense, 1989.			
MARX, Karl. O Capital. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1980.			
MARX, Karl. O Capital. Edição traduzida e condensada por Gabriel Deville. 3ª ed. Bauru: Edipro, 2008.			

CÓDIGO: ECO-155			
DISCIPLINA: ELABORAÇÃO E AVALIAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS			
CRÉDITOS		CARGA HORÁRIA	PRÉ-REQUISITO(S)
T: 4	P:	O:	60 Horas/aula
1. EMENTA			
Introdução à elaboração e avaliação de políticas públicas; O conceito de políticas públicas; Tipologia das políticas públicas; As instituições e seu papel na elaboração de políticas públicas;			
2. BIBLIOGRAFIA			
<u>PRINCIPAL</u>			
SILVA E SILVA; Maria Ozanira (org.). Avaliação de políticas e programas sociais: teoria e prática. Reimpressão. São Paulo: Ed. Veras, 2005.			
SOUZA, Célia Regina. Políticas públicas: uma revisão da literatura. In: Rev. Sociologias, ano 8, n.16, jul/dez 2006, p. 20-45. Porto Alegre, 2006.			
FARIA, Carlos Aurélio Pimenta. Um inventário sucinto das principais vertentes analíticas recentes. In: Revista Brasileira de Ciências Sociais. vol. 8, n.51, p.21-29. São Paulo, 2003.			
<u>COMPLEMENTAR</u>			
JANUZZI, Paulo de Martino. Indicadores sociais no Brasil: conceitos, fontes de dados e aplicações. 3ª ed. Campinas: Alínea, 2004.			
BONETI, Lindomar W. Políticas Públicas por dentro. Ijuí: Ed. Unijuí, 2006.			
HEIDEMANN, Francisco G.; SALM, José Francisco (org.). Políticas Públicas e Desenvolvimento: bases epistemológicas e modelos de análise. Brasília: Ed. Unb, 2009.			
SADER, Emir; GENTILI, Pablo (org.). Pós-Neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.			

CÓDIGO: ECO-160			
DISCIPLINA: ECONOMIA POLÍTICA			
CRÉDITOS		CARGA HORÁRIA	
T: 4		P: O: 60 Horas/aula	
1. EMENTA			
O Nascimento da Economia Política (mercantilistas e fisiocratas); A visão de Adam Smith; A visão de David Ricardo; Valor e dinheiro: Smith e Ricardo; Teoria Marxista do Valor; Teoria da Mais-valia; Teoria Marxista da acumulação de Capital; Teoria Marxista da reprodução do Capital; Teoria marxista das crises.			
2. BIBLIOGRAFIA			
<u>PRINCIPAL</u>			
MARX, Karl. O Capital. Edição traduzida e condensada por Gabriel Deville. 3 ^a ed. Bauru: Edipro, 2008.			
NAPOLEONI, Cláudio. Smith, Ricardo, Marx. Rio de Janeiro. Graú, 1981.			
OLIVEIRA, Carlos Roberto de. História do Trabalho. Série Princípios, 93. 5 ^a ed. São Paulo: Ática, 2006.			
PAULA, João A. de. “Ensaio sobre a atualidade da Lei do Valor”. In: Revista de Economia Política. S. Paulo, Brasiliense, vol. 4, abril-junho, 1984.			
<u>COMPLEMENTAR</u>			
BELLUZZO, Luiz G. de M. Valor e Capitalismo. S. Paulo, Brasiliense, 1980.			
BIANCHI, Marina. A teoria do Valor (Dos Clássicos a Marx). Porto: Edições 70, 1981.			
JAGUARIBE, Hélio. Introdução ao Desenvolvimento Social. São Paulo: Círculo do Livro, 1978.			
LUXEMBURGO, Rosa. A Acumulação de Capital. Rio de Janeiro, Zahar, 1970.			
MARX, Karl. O Capital. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1980.			
RICARDO, David. Princípios de Economia Política e de Tributação. S. Paulo, Abril Cultural, 1982.			
RUBIN, Isaak. A Teoria Marxista do Valor. S. Paulo, Brasiliense, 1980.			

CÓDIGO: LEM-040			
DISCIPLINA: LIBRAS			
CRÉDITOS		CARGA HORÁRIA	PRÉ-REQUISITO(S)
T: 4	P:	O:	60 Horas/aula
1. EMENTA			
2. BIBLIOGRAFIA			
<u>PRINCIPAL</u>			
<u>COMPLEMENTAR</u>			

CÓDIGO: ECO-157				
DISCIPLINA: ECONOMETRIAII				
CRÉDITOS			CARGA HORÁRIA	PRÉ-REQUISITO(S)
T: 4	P:	O:	60 Horas/aula	
1. EMENTA				
Regressão Múltipla com álgebra matricial. Regressão sobre variáveis Dummies (independentes). Variável Dummy Dependente: Modelos MPL, Logit, Probit e Tobit. Modelos Auto-regressivos. Modelos de Equações Simultâneas. Introdução a Econometria de Séries Temporais.				
2. BIBLIOGRAFIA				
<u>PRINCIPAL</u>				
GUJARATI, Domodar N, “Econometria Básica”. Makron Books Editora do Brasil Ltda., SP, 2000.				
HILL, R. Carter, GRIFFITHS, William e JUDGE, George G. “Econometria”. Editora Saraiva, SP, 2000.				
MADDALA, G. S., “Introdução à Econometria”, Editora LTC, RJ, 2003.				
<u>COMPLEMENTAR</u>				
ALVES, Denisard e VASCONCELLOS, Marco Antônio Sandoval (coordenadores), “Manual de Econometria”. Editora Atlas, SP, 2000.				
KMENTA, Jan, “Elementos de Econometria: Teoria Econométrica Básica”. Volumes I e II, Editora Atlas. São Paulo, 1990.				
MATOS, Orlando Carneiro, “Econometria Básica – Teoria e Aplicação”. Editora Atlas, SP, 2000.				
STOCK, H. James, WATSON, W. Mark. “Econometria”. Pearson Education, SP, 2004.				
WOOLDRIDGE, Jeffrey, M. “Introdução à Econometria – Uma Abordagem Moderna”. Editora Thomson Learning, SP, 2006.				
SCHMIDT, Sthephen J. “Econometria”. McGraw-Hill, SP, 2005.				

CÓDIGO: ECO-158				
DISCIPLINA: ECONOMETRIA APLICADA				
CRÉDITOS			CARGA HORÁRIA	PRÉ-REQUISITO(S)
T: 4	P:	O:	60 Horas/aula	
1. EMENTA				
<p>Estimação da regressão Linear simples ou múltipla com uso de software econométrico específico. Utilizar abordagens vistas no curso de Econometria, para diagnosticar e corrigir problemas como Multicolinearidade, Heteroscedasticidade e Autocorrelação dos resíduos. Identificar o modelo e a especificação adequada a cada tipo de pesquisa em economia, com a utilização da regressão. Introdução aos Dados de Painel.</p>				
2. BIBLIOGRAFIA				
<u>PRINCIPAL</u>				
GUJARATI, Domodar N, “Econometria Básica”. Makron Books Editora do Brasil Ltda., SP, 2000.				
HILL, R. Carter, GRIFFITHS, William e JUDGE, George G. “Econometria”. Editora Saraiva, SP, 2000.				
MADDALA, G. S., “Introdução à Econometria”, Editora LTC, RJ, 2003.				
<u>COMPLEMENTAR</u>				
STOCK, H. James, WATSON, W. Mark. “Econometria”. Pearson Education, SP, 2004.				
WOOLDRIDGE, Jeffrey, M. “Introdução à Econometria – Uma Abordagem Moderna”. Editora Thomson Learning, SP, 2006.				
SCHMIDT, Stephen J. “Econometria”. McGraw-Hill, SP, 2005.				
KMENTA, Jan, “Elementos de Econometria: Teoria Econométrica Básica”. Volumes I e II, Editora Atlas. São Paulo, 1990.				
MATOS, Orlando Carneiro, “Econometria Básica – Teoria e Aplicação”. Editora Atlas, SP, 2000.				
ALVES, Denisard e VASCONCELLOS, Marco Antônio Sandoval (coordenadores), “Manual de Econometria”. Editora Atlas, SP, 2000.				

CÓDIGO: ECO-159			
DISCIPLINA: CONTABILIDADE SOCIAL APLICADA			
CRÉDITOS		CARGA HORÁRIA	PRÉ-REQUISITO(S)
T: 4	P:	O:	60 Horas/aula
1. EMENTA			
Construção das Contas Econômicas Integradas; Construção de tabelas de recursos e de usos; Construção da Matriz de Insumo-Produto; Modelos Intersetoriais de planejamento: matriz de insumo-produto e matriz de contabilidade social; Modelos de Insumo-Produto em Nível Regional; Modelos de Inter-Regionais de Insumo-produto			
2. BIBLIOGRAFIA			
<u>PRINCIPAL</u>			
INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, IBGE. Contas Regionais 2000-2005. Rio de Janeiro: IBGE, 2005. Disponível em HTTP//www.ibge.gov.br .			
INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, IBGE. Contas Nacionais 2000-2005. Rio de Janeiro: IBGE, 2005. Disponível em HTTP//www.ibge.gov.br .			
PAULANI, Leda. BRAGA, Márcio Bobik. A Nova Contabilidade Social: Uma Introdução à Macroeconomia. 2ª Ed. São Paulo: Saraiva, 2006.			
PORSSE, Alexandre Alves. Matriz de Insumo-Produto Estadual: Metodologia e Resultados para o Rio Grande do Sul. Encontro Regional de Economia da ANPEC – Recife, 2002.			
<u>COMPLEMENTAR</u>			
HADDAD, P. Roberto. Contabilidade Social e Economia Regional: Análise de Insumo-Produto. Rio de Janeiro: Zahar, 1976.			
HADDAD, P. Roberto. Economia Regional: Teorias e Métodos de Análises. Fortaleza, BNB – 1989;			
SANTANA, Antônio Cordeiro. Modelos Intersetoriais de Planejamento Econômico: Matrizes de Insumo-Produto (MIP) e Contabilidade Social (MCS). Belém: BASA– FCAP, 1997.			

CÓDIGO: ECO-160			
DISCIPLINA: ECONOMIA REGIONAL E URBANA II			
CRÉDITOS		CARGA HORÁRIA	PRÉ-REQUISITO(S)
T: 4	P:	O:	60 Horas/aula
1. EMENTA			
Dimensões regionais e urbanas brasileiras; Formação regional e urbana no Brasil; Concentração e desconcentração espacial brasileiro; Amazônia: ocupação, domínio e formação do território; Regionalização do espaço amazônico.			
2. BIBLIOGRAFIA			
<u>PRINCIPAL</u>			
CAMPOS, André; POCHMAN, Márcio; AMORIM, Ricardo; SILVA, Ronnie (Orgs.). Atlas da exclusão social no Brasil: dinâmica e manifestação territorial. São Paulo: Cortez, 2003. v.2.			
HOLANDA, Sérgio Buarque. Visões do Paraíso. São Paulo: Brasiliense/Publifolha, 2000. Coleção Grandes Nomes do Pensamento Brasileiro.			
*) LOUREIRO, Violeta Refkalevski. Amazônia: Estado, homem, natureza. Belém: CEJUP, 1992. (Coleção Amazoniana,1).			
POCHMAN, Márcio; AMORIM, Ricardo (Orgs.). Atlas da exclusão social no Brasil. São Paulo: Cortez, 2003. v.1.			
PRADO JR. Caio. Formação do Brasil Contemporâneo. São Paulo: Brasiliense/Publifolha, 2000. Coleção Grandes Nomes do Pensamento Brasileiro.			
VEIGA, José Eli da. Cidades imaginárias. Campinas: Autores Associados, 2002.			
<u>COMPLEMENTAR</u>			
(*) ANDRADE, Thompsom Almeida; SERRA, Rodrigo Valente (org.) cidades médias brasileiras. Rio de Janeiro: IPEA, 2001.			
ARAÚJO, Tânia Bacelar de. Ensaio sobre o desenvolvimento brasileiro: heranças e urgências. Recife: CMG/UFPE/NESC/ CEPOAM/ FASE/NE; Ed. Revan, 2000.			
(*) BECKER, Bertha; EGLER, Cláudio. Brasil: uma nova potência regional na economia-mundo. São Paulo: Bertrand Brasil, 1993.			
BENCHIMOL, Samuel. Amazônia: um pouco – antes e além – depois. Manaus: Calderaro, 1977.			
BESSA, Kelly Cristine. Reestruturação da rede urbana e meio técnico-científico-informacional: reflexões sobre as cidades médias brasileiras. In: Anais do X Encontro de Geógrafos da América Latina. São Paulo: Depto Geografia/FFLCH/USP, 2005a.			
_____. Reestruturação da rede urbana e cidades médias: o exemplo de Uberlândia (MG). In: Revista Caminhos de Geografia. Uberlândia: IG/PPG/UFU 24 (16): 268-288. Out/ 2005b.			
(*) BRASIL. Ministério da Integração Nacional. Proposta de reestruturação do programa de desenvolvimento da Faixa de Fronteira. Bases de uma política integrada de desenvolvimento regional para a faixa de fronteira. Brasília, 2005.			
BUARQUE, Sérgio et al. Integração fragmentada e crescimento da fronteira norte. In: AFFONSO, Rui de Britto Á. e SILVA, Pedro L. B. (Org.). Desigualdades regionais e desenvolvimento. São Paulo: FUNDAP; UNESP, 1995. (Federalismo no Brasil).			
CAMPOS, André; BARBOSA, Alexandre; POCHMAN, Márcio; AMORIM, Ricardo; SILVA, Ronnie (Orgs.). Atlas da exclusão social no Brasil: os ricos no Brasil. São Paulo: Cortez, 2004. v.3.			
(*) CAPOBIANCO, João P. R. (Org.). Biodiversidade na Amazônia Brasileira. São Paulo: Estação Liberdade/Instituto Socioambiental, 2001.			
CARLOS, Ana Fani A. A cidade. Contexto, São Paulo, 1992.			

CÓDIGO: ECO-161			
DISCIPLINA: ORGANIZAÇÃO INDUSTRIAL			
CRÉDITOS		CARGA HORÁRIA	PRÉ-REQUISITO(S)
T: 4	P-	O -	60 Horas/aula
EMENTA			
<p>A empresa e o mercado: Definições: Cadeia Produtiva 2) O paradigma Estrutura-Conduta-Desempenho: estruturas de mercado, estratégias das empresas e eficiência do mercado; 3) Estrutura de Mercado e Conduta das Empresas. O conceito e a importância do poder de mercado: Índices de Concentração, o conceito de mercado; Identificação e Medidas de Poder de Mercado; Conceitos e Medidas de desempenho de Mercado; 4) A Economia dos Custos de Transação: as formas mais eficientes de se governar uma transação: Diversificação, integração vertical, restrição vertical. Aplicações em sistemas agroindustriais; 5) Determinantes da Estrutura de Mercado. Economias de escala, barreiras à entrada 6) Mercados Contestáveis: economias de escopo, subaditividade de custos, contestabilidade e competição potencial. 7) Introdução à teoria dos jogos: Equilíbrio de Nash, Jogos Estáticos e Dinâmicos. 7) Modelo de Cournot e de Bertrand: a ótica da teoria dos jogos e da política pública. 8) Nova Economia Institucional: o papel das instituições no desenvolvimento econômico.</p>			
<u>PRINCIPAL</u>			
KUPFER, D.; HASENCLEVER, L. Economia Industrial. Fundamentos Teóricos e práticas no Brasil. Rio de Janeiro: Campus, 2002, 640p.			
PINDYCK, R. & RUBINFELD, D. (2002). Microeconomia. São Paulo, 5ª edição, Prentice Hall.			
VARIAN, Hal R. (2002), "Microeconomia: Princípios Básicos", tradução da 6ª edição norte-americana, Editora Campus			
<u>COMPLEMENTAR</u>			
KON, Anita, Economia Industrial. São Paulo, NOBEL, 1994.			
FARINA, E.M.Q.; AZEVEDO, P. F.; SAES, M.S.M.. Competitividade: mercado, estado e organizações. São Paulo, Editora Singular, 1997.			
ZYLBERSTAJN, D.; NEVES, M.F. Economia e Gestão dos Negócios Agroalimentares. São Paulo, Pioneira, 2000.			

ANEXO II
NORMAS DE
MONOGRAFIA/UFRR